

Nota nº 04 - UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO

O cálculo é resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação) (A)	7.718.834,79	21.232.107,53
Déficit de Arrecadação (B)	(18.139.536,17)	15.376.786,91
Resultado (B-A)	(25.858.370,96)	(5.855.320,62)

Fonte: SEMFAZ/CGC

De acordo com a Lei 4320/64 art.43 §3º, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.
A Utilização do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017 apresenta saldo negativo, já explicado na Nota nº 03. Mas a abertura dos créditos por excesso de arrecadação se deu por fonte de recursos. Os créditos abertos foram principalmente pelo excesso apurado nos recursos vinculados a Programas da Saúde e Convênios. Os créditos abertos estão detalhados na Nota Explicativa nº 002 do TC 18 da IN nº 013/TCE-RO/2004 e resumidos no quadro abaixo:

DETALHAMENTO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO UTILIZADO	VALOR
Programas e Convênios Federais e Estaduais vinculados a Saúde	6.302.779,95
Recursos vinculados a Programas e Convênios da Educação	1.414.605,27
Recursos próprios - Leilão	1.449,57
TOTAL	7.718.834,79

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 05 - UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

É resultante da relação entre os créditos adicionais abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro) (A)	15.384.318,79	13.281.962,77
Superávit Financeiro do exercício anterior (B)	140.433.601,00	128.159.513,44
Varição % (A/B)	0,11	0,17

Fonte: SEMFAZ/CGC

O Quociente de Utilização do Superávit Financeiro apurado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Superávit Financeiro, o Município utilizou R\$ 0,11 para a abertura de créditos adicionais.

No quadro abaixo está detalhado a utilização dos recursos de exercícios anteriores:

DETALHAMENTO DO SUPERÁVIT UTILIZADO	VALOR
Programas e Convênios Federais e Estaduais vinculados a Saúde	10.794.858,84
Programas Federais vinculados a Assistência Social	336.548,91
Recursos vinculados a Convênios Federais e Estaduais da Prefeitura	4.132.569,96
Recursos próprios da Prefeitura	120.024,37
Recursos próprios - Leilão da Saúde	316,71
TOTAL	15.384.318,79

Fonte: SEMFAZ/CGC

Na nota explicativa nº 001 do TC 18 - Quadro demonstrativo das Alterações Orçamentárias, este valor utilizado por Superávit tem um detalhamento mais minucioso, onde é registrado o nome de todos os programas de saúde e assistência social que foram suplementados, bem como o número dos decretos, com as respectivas fichas orçamentárias utilizadas. Consta também o número de cada Convênio da Prefeitura, e sua finalidade

Nota nº 06 - EXECUÇÃO DA DESPESA

É resultante da relação entre a Despesa Executada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Despesa empenhada (A)	227.644.584,29	220.813.109,06
Dotação atualizada da despesa (B)	286.687.851,64	252.171.596,77
Resultado (B-A)	59.043.267,35	31.358.487,71
Varição % (A/B)	0,79	0,86

Fonte: SEMFAZ/CGC

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2017 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 59.043.267,35. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei. Podemos observar que em 2017 para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Município executou R\$ 0,79. O Resultado Orçamentário da despesa demonstra que 20,59% da Dotação Atualizada não foi executada, isto se deve ao fato da limitação dos empenhos em virtude do déficit apurado na receita, conforme demonstrado na Nota nº 03. Demonstrando assim que houve uma boa gestão orçamentária.

Nota nº 07 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Receita Realizada (A)	245.445.161,89	233.034.313,38
Despesa empenhada (B)	227.644.584,29	220.813.109,06
Resultado (A-B)	17.800.577,60	12.221.204,32

Fonte: SEMFAZ/CGC

No exercício de 2017, o Município apresentou superávit orçamentário no montante de R\$ 17.800.577,60. O Resultado Orçamentário calculado para o exercício de 2017 demonstra que houve equilíbrio, indicando que o Município arrecadou receita no valor superior a despesa empenhada.

Nota nº 08 - QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Receita Realizada (A)	245.445.161,89	233.034.313,38
Despesa Paga (B)	213.549.929,95	198.450.063,77
Varição % (A/B)	1,15	1,17

Fonte: SEMFAZ/CGC

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Município dispõe de R\$ 1,15 de Receita Realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro.

Nota nº 09 - DESPESA EXECUTADA POR TIPO DE CRÉDITO

A despesa executada no exercício de 2017 foi de R\$ 227.644.584,29 e no quadro abaixo está detalhada esta execução por tipo de crédito:

DESCRIÇÃO DO TIPO DE CRÉDITO	2017
Inicial	185.434.946,40
Suplementar	33.138.674,96
Especial	9.070.962,93
Extraordinário	0,00
TOTAL	227.644.584,29

Fonte: SEMFAZ/CGC
Despesa executada refere-se a despesa empenhada no Balanço Orçamentário.

Nota nº 10 - RESUMO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL

No quadro 12 está detalhado o orçamento anual com as suas devidas alterações bem como os recursos utilizados para a abertura dos créditos adicionais:

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR
Dotação Inicial	263.584.698,06
(+) Créditos Suplementares	28.441.233,53
(+) Créditos Especiais	14.606.072,92
(+) Créditos Extraordinários	0,00
(+) Reformulações Administrativas	23.997.535,78
(-) Anulações das Reformulações	23.997.535,78
(-) Anulações de Créditos	19.944.152,87
(=) Dotação Atualizada	286.687.851,64
(-) Despesa Empenhada	227.644.584,29
(=) Recursos não utilizados	59.043.267,35
RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	VALOR
Superávit Financeiro	15.384.318,79
Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios	0,00
Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados	7.718.834,79
Anulações de Dotação	19.944.152,87
Operações de Crédito	0,00
TOTAL	43.047.306,45

Fonte: SEMFAZ/CGC

No Anexo TC 18 está o detalhamento de todas as movimentações ocorridas no orçamento, inclusive este anexo esta acompanhado de notas explicativas, que permitem a melhor compreensão dos principais fatos modificativos do Orçamento do Município.

Nota nº 11 - RESTOS A PAGAR

DESCRIÇÃO	TOTAL
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	
Inscrição em Exercícios Anteriores	7.142.968,99
(-) Pagamentos	7.140.530,85
(-) Cancelamento	2.438,14
Saldo Final	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
Saldo Inicial	194.078.045,10
Inscrição em Exercícios Anteriores	15.259.981,89
(-) Pagamentos	4.885.994,45
(-) Cancelamento	2.928.201,22
Saldo Final	7.447.786,22
TOTAL GERAL A PAGAR	7.447.786,22

Fonte: SEMFAZ/CGC

Conforme demonstrado no quadro acima o valor inscrito como restos a pagar processados até 31.12.2016 foi todo pago ou cancelado. O cancelamento de restos a pagar processado no valor de R\$ 2.438,14 refere-se R\$ 1.280,33 de sentenças judiciais que estavam empenhadas e liquidadas, mas que foi comprovado pela Procuradoria Geral do Município que já tinha ocorrido o sequestro nas contas do município. Este fato está evidenciado nos processos administrativos nº 0425/16 e 10248/15. O valor de R\$ 1.177,81 foi cancelado para ajuste da classificação da despesa, pois se tratava de despesas intraorçamentária e que no exercício anterior foi empenhada como despesa orçamentária. Fora feita a anulação e posterior reempenho no exercício atual.

Quanto aos restos a pagar não processados, tem saldo a pagar no valor de R\$ 7.004.365,36 referente Convênios com a União que estão em execução e com contratos vigentes, relacionados a Programas de Saúde e Educação. Os restos a pagar não processados liquidados que não foram pagos, por ocasião do encerramento das contas patrimoniais e apuração do resultado do exercício são transferidos para a Conta Contábil de Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores, que representa um montante de R\$ 443.420,86 e que no próximo exercício deverão ser demonstrados no Anexo 2 do Balanço Orçamentário.

Nota nº 12 - RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

As receitas e despesas intraorçamentárias são movimentações realizadas dentro da mesma esfera de governo, que em 2017 totalizaram R\$ 9.073.925,99 e que estão detalhadas abaixo:

DESCRIÇÃO	TOTAL
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	
Receitas de Contribuições ao RPPS	7.468.183,52
Receitas decorrentes de Aporte para Amortização de Déficit Atuarial	1.605.742,47
TOTAL DAS RECEITAS	9.073.925,99
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	
Pessoal e Encargos Sociais	7.433.725,48
Aporte para Amortização de Déficit Atuarial	1.605.742,47
Amortização de Dívida Previdenciária	34.458,04
TOTAL DAS DESPESAS	9.073.925,99

Fonte: SEMFAZ/CGC

As Receitas de Contribuições ao RPPS, tem origem na despesa de obrigações patronais pagas pelos diversos órgãos do Município ao Fundo de Previdência Social.

O valor do Aporte é calculado anualmente pelo Fundo de Previdência com o objetivo de amortização o déficit apurado no Cálculo Atuarial.

O valor de R\$ 34.458,04 de amortização de dívida previdenciária, é um valor que a empresa extinta EMTU, devia à Previdência e que foi analisado através dos Processos Administrativos nº0861/2016 e 054/2017 que era um Crédito devido a Previdência Municipal.

SÔNETE DIOGO PEREIRA COORD. GERAL DE CONTABILIDADE CRC-RO Nº 3060/O-8	JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL 042.321.878-63	LUIZ FERNANDES RIBAS MOTA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA 239.445.959-04
---	--	--

**Diário Oficial****ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**

O DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ é um periódico autorizado pela Lei Municipal n.º 3047, de 23/03/2017, para a publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

Coordenação: **Secretaria Municipal de Administração**
Realização: **Assessoria de Comunicação Social**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

CNPJ: 04.092.672/0001-25

End. Av. Dois de Abril, 1701 (Palácio Urupá) - Bairro Dois de Abril - Ji-Paraná - RO
E-mail: deccom@ji-parana.ro.gov.br
Página eletrônica: www.ji-parana.ro.gov.br

Todas as matérias para serem publicadas neste Diário Oficial devem ser entregues à Assessoria de Comunicação impreterivelmente até as 13 horas do dia anterior.

Jesualdo Pires
Prefeito

Marcito Pinto
Vice-Prefeito

José Antônio Ciconetti
Chefe de Gabinete do Prefeito

Silas Rosalino de Queiroz
Procuradoria-Geral do Município

Elias Caetano da Silva
Controladoria-Geral do Município

Nilton Leandro Motta dos Santos
Secretaria Municipal de Administração

Jair Eugênio Marinho
Secretaria Municipal de Governo

Pedro Cabeça Sobrinho
Secretaria Municipal de Planejamento

Renato Antônio Fuverki
Secretaria Municipal de Saúde

Waldecy José Gonçalves
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Rui Vieira de Souza
Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação

Luiz Fernandes Ribas Motta
Secretaria Municipal de Fazenda

Adirço Pedro da Silva
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Márcia Regina de Souza
Secretaria Municipal de Educação Interina

Reinaldo Pereira de Andrade
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Seloi Totti
Secretaria Municipal de Esportes e Turismo

Maria Sônia Grande Reigota Ferreira
Secretaria Municipal de Assistência Social

Carlos Magno Ramos
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

Arlislândio Borges Saraiva
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assuntos Estratégicos

Clederson Viana Alves
Agência Reg. de Ser. Públicos Delegados do Mun. de Ji-Paraná

Paulo Sérgio de Moura
Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte

Keila Barbosa da Silva
Fundação Cultural

Evandro Cordeiro Muniz
Fundo Municipal de Previdência

Relvanir Celso de Campos
Assessoria de Comunicação Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 9

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	245.445.161,89	233.034.313,38	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	227.644.584,29	220.813.109,06
ORDINÁRIO	146.779.400,45	144.275.941,16	ORDINÁRIO	83.232.208,77	125.693.060,35
VINCULADO	116.459.713,11	107.075.045,67	VINCULADO	144.412.375,52	95.120.048,71
ALIENAÇÃO DE BENS	1.449,57	111.660,81	ALIENAÇÃO DE BENS	26.922,47	86.187,91
APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1.605.742,47	0,00	CONTRIB.P/REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS (PATRONAL, SERV.COMPENS.FINANCEIRA)	7.861.742,67	6.654.586,39
CONTRIB.P/REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS (PATRONAL, SERV.COMPENS.FINANCEIRA)	26.888.313,51	29.499.577,10	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	860.104,48	1.397.825,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	898.507,87	1.405.556,37	OUTROS RECURSOS ESTADUAIS DESTINADO A SAÚDE	57.890,00	23.716,46
OUTROS RECURSOS ESTADUAIS DESTINADO A SAÚDE	317.488,60	2.485,28	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	17.254.207,66	0,00
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS	179.608,72	131.829,00	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	26.021.969,77	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	634.804,77	489.488,58	RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS	16.297,72	126.831,40
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENV.DA EDUCAÇÃO - FNDE	3.142.444,13	3.690.800,86	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	1.084.844,99	802.553,91
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	42.531.639,42	33.412.214,07	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENV.DA EDUCAÇÃO - FNDE	2.409.004,80	14.495.790,44
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - EDUCAÇÃO	3.181.885,71	2.731.641,04	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	42.321.647,20	33.600.378,12
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/Saúde)	9.658.700,12	9.919.391,11	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - EDUCAÇÃO	2.524.785,48	2.732.054,09
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - SAÚDE	1.150.023,07	1.324.860,22	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/Saúde)	17.037.374,37	9.823.849,83
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	26.269.105,15	24.355.541,23	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - SAÚDE	592.196,98	1.014.838,47
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-17.793.951,67	-18.316.673,45	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	26.343.386,93	24.361.435,73
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	57.656.507,12	56.888.670,30	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	57.656.507,12	56.888.670,30
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	57.656.507,12	56.888.670,30	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	57.656.507,12	56.888.670,30
OUTROS APORTES PARA O RPPS	1.203.878,40	30.565,08	OUTROS APORTES PARA O RPPS	1.203.878,40	30.565,08
REPASSE RECEBIDO	56.452.628,72	56.858.105,22	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	45.953.661,47	54.945.562,76	REPASSE CONCEDIDO	56.452.628,72	56.858.105,22
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	14.094.654,34	22.363.045,28	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	42.919.786,67	35.580.911,08
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	10.450.578,43	15.259.981,89	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	12.026.525,30	4.094.467,66
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	3.644.075,91	7.103.063,39	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	4.885.994,45	52.753,59
CONSIGNAÇÕES	30.728.765,59	29.068.708,45	RP PROCESSADOS PAGOS	7.140.530,85	4.041.714,07
DEPOSITOS E CAUÇÕES	20.497,62	25.584,32	CONSIGNAÇÕES	30.719.570,65	29.103.404,82
DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	721.142,40	9.525,05	DEPOSITOS E CAUÇÕES	28.595,71	31.448,85
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	109.435,70	78.382,72	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	703.692,94	90.279,71
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	7.598.342,40	6.521.294,29	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	109.435,70	78.839,77
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	0,00	906,62	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	7.598.342,40	6.522.751,27
INSS	2.385.808,94	2.292.604,47	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	0,00	906,62
ISS	1.681.495,23	1.519.217,63	INSS	2.385.808,94	2.338.306,33
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.974.131,29	1.834.536,77	ISS	1.681.495,23	1.519.268,90
OUTROS DEPOSITOS	0,00	101.567,85	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.974.131,29	1.834.804,13
PENSAO ALIMENTÍCIA	363.444,66	300.999,99	OUTROS DEPOSITOS	0,00	1.866,94
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.574.802,23	9.357.810,25	PENSAO ALIMENTÍCIA	363.444,66	300.999,99
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	506.126,15	500.474,81	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.574.802,23	9.357.810,25
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	6.793.538,97	6.525.803,68	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	506.126,15	500.474,81
CRÉDITOS À RECEBER	1.130.241,54	3.513.809,03	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	6.793.695,40	6.525.647,25
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	956.550,82	3.500.000,00	CRÉDITOS À RECEBER	173.690,72	2.383.038,60
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	836,09	CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	0,00	2.370.065,66
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	86.174,74	9.039,60	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	86.174,74	9.039,60
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	87.515,98	3.933,34	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	87.515,98	3.933,34
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	162.593.669,36	131.007.813,36	PERDAS DE INVESTIMENTOS DO RPPS	1.464.959,06	0,00
CONTA ÚNICA RPPS	1.980.513,54	32.890.088,94	AJUSTE PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS	1.464.959,06	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	38.698.398,32	29.816.233,83	(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.464.959,06	0,00
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	81.512.060,05	68.301.490,59	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	181.963.162,70	162.593.669,36
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS	40.402.697,45	0,00	CAIXA	0,00	0,00
TOTAL	511.648.999,84	475.876.359,80	CONTA ÚNICA RPPS	52.934,69	1.980.513,54
			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	38.294.771,87	38.698.398,32
			APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	126.378.873,70	81.512.060,05
			APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS	14.665.595,06	40.402.697,45
			APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2.570.987,38	0,00
			TOTAL	511.648.999,84	475.876.359,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

3 of 9

NOTA EXPLICATIVA

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Esta Demonstração Contábil foi elaborada com base nos dados extraídos do Sistema da Contabilidade Pública Integrado (SCPI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Município, constantes na Nota Explicativa nº 01.

Nota nº 01-RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES CONSOLIDADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO

Quadro 1

ÓRGÃO	CNPJ
PODER LEGISLATIVO	
Câmara Municipal de Ji-Paraná	04.380.325/0001-06
PODER EXECUTIVO	
Prefeitura Municipal de Ji-Paraná	04.092.672/0001-25
Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná	19.122.075/0001-73
Fundo Previdência Social de Ji-Paraná	21.407.711/0001-55
Fundo Municipal de Assistência Social de Ji-Paraná	18.163.380/0001-40
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes de Ji-Paraná	17.746.425/0001-47
Fundação Cultural de Ji-Paraná	04.380.911/0001-42
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ji-Paraná	15.659.732/0001-65
Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Ji-Paraná	23.989.229/0001-42

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 02 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS

ENTIDADE	RECEBIDA	CONCEDIDA
Poder Legislativo	8.241.479,76	33.339,04
Prefeitura	2.086,24	57.618.251,08
Fundo Municipal de Saúde (15%)	25.821.707,27	0,00
Educação (25%)	18.239.072,06	0,00
Fundo Municipal de Assistência Social	822.973,61	0,00
Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente	59,15	0,00
Fundo Municipal de Previdência Social	1.203.878,40	0,00
Autorquia Municipal de Transportes - AMT	983.945,35	3.408,00
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados- AGERJI	373.731,65	0,00
Fundação Cultural	1.967.573,63	1.509,00
TOTAL	57.656.507,12	57.656.507,12

Fonte: SEMFAZ/CGC

As transferências financeiras são as Intragovernamentais, feitas de forma extraorçamentária, destinadas a manutenção dos Fundos, Fundações e Autarquias bem como em cumprimento e determinações constitucionais, como é o caso do repasse ao Poder Legislativo, à Saúde e Educação. Estes valores são expurgados da Demonstração quanto desconsidera as contas intraorçamentárias.

Nota nº 03 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS AO PODER LEGISLATIVO

O valor recebido pelo Poder Legislativo foi repassado pela Prefeitura em cumprimento a EC nº 25/2000 e a Decisão Normativa nº 001/2004 do TCE-RO, com base na tabela abaixo:

RECEITA ARRECADADA POR FONTES – EXERCÍCIO DE 2017	VALOR
Imposto Predial e Territorial Urbano	3.833.853,67
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.448.161,76
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	18.829.961,68
Imposto s/ Transmissão inter vivos de Bens Imóveis e Direitos sobre Bens Imóveis	2.913.601,84
Taxas	5.686.287,80
1 - Total das Receitas Tributárias -	37.711.866,75
Cota-Parte do FPM	36.771.629,06
Cota do ITR	382.161,96
Transferências Financeiras - Lei Complementar nº 87/96	66.689,60
Cota-Parte do ICMS	44.570.216,59
Cota-Parte do IPVA	12.112.316,14
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	273.902,33
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	207.539,60
2 - Total das Receitas de Transferência	94.384.455,28
Receita de Dívida Ativa de Impostos	2.730.374,57
Multas e Juros de Mora de Impostos	529.468,50
Multas e Juros de mora da Dívida Ativa dos tributos	2.001.830,90
3 - Total das Outras Receitas Correntes	5.261.673,97
RECEITA TOTAL (item 1 + 2 + 3)	137.357.996,00
Nº de Habitantes de Município de Acordo com o IBGE	
Percentual de Acordo com o Número de Habitantes	6%
TDPLM = (1 + 2 + 3) x Y%	8.241.479,76

Fonte: SEMFAZ/CGC

O Poder Executivo fez o repasse no valor de R\$ 8.241.479,76, cumprindo assim o limite constitucional.

Nota nº 04 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO

A base de cálculo para as transferências financeiras da Educação(quadro 4) e da Saúde(quadro 5), em cumprimento ao Art. 212 da CF, e de acordo com a IN 022/TCE-RO/04, esta detalhada abaixo:

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (ART.212 DA CF)	VALOR
1 – Receita Própria do Município	37.732.084,16
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	3.929.831,91
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	7.864.236,96
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	20.356.641,16
Imposto s/Transmissão intervivos – ITBI	2.560.011,60
Receita de Dívida Ativa de Impostos com multas e juros e Juros e Multas de Impostos)	3.021.362,53
2 – Transferências Estaduais	55.711.131,04
Cota Parte do ICMS	42.571.025,29
Cota Parte do IPVA	13.140.105,75
3 – Transferências Federais	36.198.319,94
Cota Parte do FPM	35.486.281,94
Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	32.546.592,81
Parcela referente à CF, art. 159, I alínea c	1.446.886,73
Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	1.492.802,40
ICMS Desoneração – LC nº 87/96	61.328,04
Cota Parte do ITR	409.313,68
Cota Parte do IPI Exp.	241.396,28
4 – Totais Geral de Impostos (item 1 + 2 + 3)	129.641.535,14
5 – Valores Mínimos para cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal (25%) (item 4 x 25%)	32.410.383,78

Fonte: SEMFAZ/CGC

De acordo com o quadro 4 o valor mínimo a ser aplicado em Educação é de R\$ 32.410.383,78. O Município aplicou o montante de R\$ 35.048.159,33, sendo R\$18.239.072,06 de repasse municipal, somado a Dedução do FUNDEB, no valor de R\$17.793.951,67 atingindo o percentual aplicado de 27,03%.

O detalhamento da aplicação dos valores em educação estão evidenciados nesta prestação de contas, através dos anexos da IN nº 022/TCE-RO/04.

Quadro 5		R\$
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (ART.212 DA CF)	VALOR	
1 – Receita Própria do Município	37.732.084,16	
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	3.929.831,91	
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	7.864.236,96	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	20.356.641,16	
Imposto s/Transmissão intervivos – ITBI	2.560.011,60	
Receita de Dívida Ativa de Impostos com multas e juros e Juros e Multas de Impostos)	3.021.362,53	
2 – Transferências Estaduais	55.711.131,04	
Cota Parte do ICMS	42.571.025,29	
Cota Parte do IPVA	13.140.105,75	
3 – Transferências Federais	33.258.630,81	
Cota Parte do FPM	32.546.592,81	
Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	32.546.592,81	
Parcela referente à CF, art. 159, I alínea c	0,00	
Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	0,00	
ICMS Desoneração – LC nº 87/96	61.328,04	
Cota Parte do ITR	409.313,68	
Cota Parte do IPI Exp.	241.396,28	
4 – Totais Geral de Impostos (item 1 + 2 + 3)	126.701.846,01	
5 – Valores Mínimos para cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal (15%) (item 4 x 15%)	19.005.276,90	

Fonte: SEMFAZ/CGC

De acordo com o quadro 5 o valor mínimo a ser repassado para saúde seria de R\$19.005.276,90. O Município repassou o valor de R\$ 25.821.707,27 (Quadro 2), atingindo o percentual de 20,54% de aplicação em saúde. O detalhamento da aplicação dos valores em saúde estão evidenciados nesta prestação de contas, através dos anexos da IN nº 022/TCE-RO/04.

A diferença da base de cálculo entre a Saúde e Educação é o valor referente as cota parte do FPM estabelecidas pelas Portarias nº 55/2007 e 84/2014 que institui o 1% do FPM de julho e dezembro. Estas receitas não compõe a base de cálculo para aplicação em Saúde.

Nota nº 05 – MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DEPÓSITOS/CONSIGNAÇÕES

Quadro 6		R\$
DESCRIÇÃO	VALOR	
Saldo do exercício anterior	713.668,30	
(+) Inscrição	30.728.765,59	
(-) Dispêndios	30.719.570,65	
(=) Saldo para o exercício seguinte	722.863,24	

Fonte: SEMFAZ/CGC

5.1 – POLÍTICA DE CONTABILIZAÇÃO DAS RETENÇÕES

Nas retenções feitas em Folha de Pagamento de Servidor, bem como os valores retidos de prestadores de serviços, é adotado o Regime de Competência, ou seja por ocasião da liquidação gera uma obrigação financeira no Passivo Circulante. A despesa orçamentária é considerada pelo seu valor bruto, quando da liquidação. Concomitantemente gera-se um empenho extraorçamentário, que ao ser pago, baixa do Passivo Circulante a obrigação financeira. Todos os valores retidos no exercício foram pagos.

Nota nº 06 – MOVIMENTAÇÃO DA CONTA CRÉDITOS A RECEBER

Quadro 7		R\$
DESCRIÇÃO	VALOR	
Saldo do exercício anterior	956.550,82	
(+) Valores depositados	3.374.418,50	
(+) Rendimento de aplicação da conta depósitos especiais	69.724,10	
(-) Valores desembolsados	4.052.675,39	
(=) Saldo para o exercício seguinte	348.018,03	

Fonte: SEMFAZ/CGC

A variação no saldo desta conta de deve principalmente aos depósitos especiais que são feitos ao Tribunal de Justiça em cumprimento a Emenda Constitucional nº 062/2009 para pagamento de Precatórios. De acordo com Ofício nº165/TJ-RO/2015 estes valores estão depositados em modalidade de depósito judicial, operação 040, remunerada pelo índice de remuneração de poupança. O valor do rendimento anual foi contabilizado com receita patrimonial do município e lançado na conta depósitos especiais. Os valores desembolsados são os pagamentos de precatórios que o Tribunal de Justiça fez no exercício, conforme lista oficial do referido Tribunal.

No exercício de 2017 houve alteração na política de contabilização desta conta, pois até o final de 2016 era feito um pagamento extraorçamentário para o Tribunal de Justiça e empenhad a despesa apenas por ocasião do pagamento do precatório. Após estudo mais detalhado da forma de contabilização dos precatórios no MCASP o município passou a contabilizar com despesa orçamentária por ocasião do depósito na conta especial de precatórios e registrando no passivo circulante uma obrigação até o momento do pagamento feito pelo Tribunal de Justiça ao Credor.

Nota nº 07 – VARIAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO

Quadro 8		R\$
DESCRIÇÃO	VALOR	
1. Receita Orçamentária	245.445.161,89	
2. Despesas Orçamentária	227.644.584,29	
3. Ingressos Extraorçamentários	45.953.661,47	
4. Dispêndios Extraorçamentários	42.919.786,67	
5. Ajuste de Perdas em Investimento	1.464.959,06	
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	17.800.577,60	
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	1.568.915,74	
8. Variação do Período apurada (6 +7)	19.369.493,34	

9. Saldo financeiro do exercício anterior	162.593.669,36
10. Saldo para o exercício seguinte (8 + 9)	181.963.162,70

Fonte: SEMFAZ/CGC

A variação do período apurada entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior no montante positivo de R\$ 19.369.493,34, indicando que os pagamentos do exercício foram inferiores aos recebimentos, demonstrando assim que houve equilíbrio financeiro e a geração de superávit. A variação do período está de acordo com a geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa do Anexo 18 - Demonstrativos dos Fluxos de Caixa.

SONETE DIOGO PEREIRA
COORD. GERAL DE CONTABILIDADE
CRC-RO Nº 3060/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
239.445.959-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFFS

Exercício de 2017

1 of 16

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	205.386.629,48	200.479.767,21	PASSIVO CIRCULANTE	11.289.435,07	10.652.374,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.347.706,56	40.678.911,86	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	1.834.739,59	2.691.638,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	38.347.706,56	40.678.911,86	PESSOAL A PAGAR	1.327.698,47	2.621.985,85
CONTA ÚNICA RPPS	F 52.934,69	1.980.513,54	PESSOAL A PAGAR	F 0,00	4.461,18
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F 38.294.771,87	38.698.398,32	PESSOAL A PAGAR	P 1.327.698,47	2.617.524,67
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	21.097.172,14	35.540.852,55	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	507.041,12	69.652,39
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	16.877.760,27	29.597.985,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	P 0,00	69.652,39
CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	P 26.564,40	26.564,40	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	P 7.041,12	0,00
CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	P 16.851.195,87	29.571.420,60	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	P 500.000,00	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	4.142.943,53	5.891.892,58	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	150.000,00	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	P 1.361.906,85	2.756.599,17	EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	150.000,00	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P 2.781.036,68	3.135.293,41	EMPRESTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	P 150.000,00	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	76.468,34	50.974,97	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	8.439.661,05	5.864.672,71
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P 76.468,34	50.974,97	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	8.439.661,05	5.864.672,71
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	924.445,62	958.650,82	FORNECEDORES NACIONAIS	F 4.034.717,03	5.864.672,71
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.975,00	2.100,00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	F 348.018,03	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P 3.975,00	2.100,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F 715.470,07	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	572.452,59	0,00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	P 3.341.455,92	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	572.452,59	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	89.391,45	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	348.018,03	956.550,82	OBRIGACÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	89.391,45	0,00
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	F 348.018,03	956.550,82	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	P 89.391,45	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	143.615.459,74	121.914.760,13	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	775.642,98	2.096.063,99
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	143.615.459,74	121.914.760,13	VALORES RESTITUÍVEIS	722.863,24	713.668,30
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F 126.378.873,70	81.512.060,05	CONSIGNAÇÕES	F 0,00	156,43
APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	F 2.570.987,38	0,00	DEPOSITOS JUDICIAIS	F 711.238,82	693.789,36
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS	F 14.665.595,06	40.402.697,45	DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS	F 11.624,42	19.722,51
AÇÕES	P 3,60	2,63	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	52.779,74	1.382.395,69
ESTOQUES	1.401.845,42	1.386.591,85	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F 39.722,24	1.093.742,10
ALMOXARIFADO	1.401.845,42	1.386.591,85	DIARIAS A PAGAR	F 3.975,00	2.100,00
MATERIAL DE CONSUMO	P 569.069,73	457.034,31	CONVENIOS A PAGAR	F 0,00	152.250,00
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P 119.150,68	117.218,81	CONSÓRCIOS A PAGAR	F 9.082,50	25.743,00
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	P 31.877,19	3.878,60	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	P 0,00	44.010,16
AUTOPEÇAS	P 308.893,67	208.941,03	CONVENIOS A PAGAR	P 0,00	64.550,43
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	P 68.189,08	371.952,53	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	187.631.165,68	187.584.728,68
MATERIAIS GRÁFICOS	P 24.291,40	34.324,39	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	5.106.085,13	3.623.959,54
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P 280.373,67	193.242,18	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	5.106.085,13	3.623.959,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE	172.555.557,51	161.355.813,28	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	P 80.803,41	55.031,35
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	21.865.789,18	26.151.988,18	INSS A PAGAR	P 2.802.650,50	3.568.928,19
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	21.865.789,18	26.151.988,18	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	P 2.222.631,22	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P 207.111.460,23	189.724.048,15	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	3.750.015,73	3.117.241,21
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P 172.383.483,04	172.481.994,95	EMPRESTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	3.750.015,73	3.117.241,21
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P -357.629.154,09	-336.054.054,92	EMPRESTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	P 3.750.015,73	3.117.241,21
IMOBILIZADO	150.689.768,33	135.203.825,10	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	13.233.148,33	19.156.401,70
BENS MOVEIS	60.353.966,55	56.662.745,68	FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	13.233.148,33	19.156.401,70
BENS DE INFORMÁTICA	P 3.879.968,88	3.699.987,86	FORNECEDORES NACIONAIS	P 0,00	84.607,72
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 11.570.886,88	10.530.885,00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	P 13.233.148,33	0,00
VEÍCULOS	P 18.684.056,74	17.079.184,53	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P 0,00	19.071.793,98
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 799.041,42	657.159,93	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	37.479,36
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 20.820.765,14	19.984.159,80	OBRIGACÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO	0,00	37.479,36
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 4.599.247,49	4.711.368,56	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	P 0,00	37.479,36
BENS IMÓVEIS	98.386.564,45	83.886.933,08	PROVISÕES A LONGO PRAZO	165.541.916,49	161.581.430,07
INSTALAÇÕES	P 770.000,00	770.000,00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	165.541.916,49	161.581.430,07
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 185.809,79	185.809,79	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDO	P 54.388.334,33	55.011.448,24
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 31.011.083,08	37.523.999,68	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P 111.153.582,16	106.569.981,83
BENS DE USO ESPECIAL	P 52.262.748,38	43.435.223,03	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	68.216,80
BENS DE USO COMUM DO POVO	P 14.156.923,20	1.971.900,58	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	68.216,80
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-8.050.762,67	-5.345.853,66	OUTROS CREDORES A LONGO PRAZO	P 0,00	68.216,80
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P -8.050.762,67	-5.345.853,66	TOTAL PASSIVO	198.920.600,75	198.237.103,62
INTANGÍVEL	0,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SOFTWARES	4.100,00	4.100,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
SOFTWARES	P 4.100,00	4.100,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	179.021.586,24	163.598.476,87
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-4.100,00	-4.100,00	RESULTADOS ACUMULADOS	179.021.586,24	163.598.476,87
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - SOFTWARES	P -4.100,00	-4.100,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	179.021.586,24	163.598.476,87
TOTAL	377.942.186,99	361.835.580,49	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 15.423.109,37	54.948.879,40
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 163.598.476,87	277.786.942,50
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 0,00	-169.137.345,03
			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	179.021.586,24	163.598.476,87
			TOTAL	377.942.186,99	361.835.580,49

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	182.311.180,73	163.550.220,18	PASSIVO FINANCEIRO (5.158.378,04)+ Restos não Processado(17.454.943,79)	22.613.321,83	23.116.619,18
ATIVO PERMANENTE	195.631.006,26	198.285.360,31	PASSIVO PERMANENTE	193.762.222,71	190.380.466,33
			SALDO PATRIMONIAL	161.566.642,45	148.338.494,98
COMPENSAÇÕES	18.772.670,27	29.571.420,60	COMPENSAÇÕES	17.332.450,28	16.339.721,99
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONTÁBILIZADOS	18.772.670,27	29.571.420,60	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	17.332.450,28	16.339.721,99
TOTAL	18.772.670,27	29.571.420,60	TOTAL	17.332.450,28	16.339.721,99

NOTA EXPLICATIVA

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. O Demonstrativo foi elaborado desconsiderando as contas intraorçamentárias.

Esta Demonstração Contábil foi elaborada com base nos dados extraídos do Sistema da Contabilidade Pública Integrado (SCPI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Município, constantes na Nota Explicativa nº 01.

Nota nº 01-RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES CONSOLIDADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO

Quadro 1

ÓRGÃO	CNPJ
PODER LEGISLATIVO	
Câmara Municipal de Ji-Paraná	04.380.325/0001-06
PODER EXECUTIVO	
Prefeitura Municipal de Ji-Paraná	04.092.672/0001-25
Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná	19.122.075/0001-73
Fundo Previdência Social de Ji-Paraná	21.407.711/0001-55
Fundo Municipal de Assistência Social de Ji-Paraná	18.163.380/0001-40
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes de Ji-Paraná	17.746.425/0001-47
Fundação Cultural de Ji-Paraná	04.380.911/0001-42
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ji-Paraná	15.659.732/0001-65
Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Ji-Paraná	23.989.229/0001-42

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 02 – ATIVO CIRCULANTE – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse grupo é composto pelos saldos de Caixa (numerário e outros valores em tesouraria), Conta Única do RPPS, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (distribuídas em contas de poupança e aplicações em títulos do mercado aberto de contas não únicas), Aplicações em Segmento de Renda Fixa e Recursos não Vinculados demonstrados na tabela a seguir.

Quadro 2

DESCRIÇÃO	2017	AV%	2016	AV%
Caixa	0,00		0,00	
Conta Única do RPPS	52.934,69	0,03%	1.980.513,54	1,22%
Bancos Conta Movimento	38.294.771,87	21,05%	38.698.398,32	23,80%
Aplicações em Renda Fixa e Variável (RPPS)	143.615.456,14	78,92%	121.914.757,50	74,98%
TOTAL	181.963.162,70	100%	162.593.669,36	100%

Fonte: SEMFAZ/CGC

A conta de Aplicações em Segmento de Renda Fixa e Variável que em 2017 representou 78,92% da composição do Caixa e Equivalentes de Caixa, é composta pelas contas de Investimentos do RPPS, que são aplicações em Títulos Públicos e Multimercado, como: IRFM-1, IMA B, IRFM, Caixa Brasil FI Referenciado. Estes fundos de investimentos são de livre movimentação, pois podem ser usados para pagamentos de despesas previdenciárias, bem como aplicações mensais das Receitas Previdenciárias.

Apesar das recomendações do TCE, por ocasião da análise da Prestação de Contas de 2016, onde tem o entendimento que os Investimentos do RPPS não tem características de Equivalentes de Caixa, a Contabilidade optou por manter a política de contabilização, em decorrência da manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional, através do Fale Conosco, onde diz que este assunto está em análise e que em breve as Demonstrações Contábeis sofrerão alterações.

Nota nº 03 – ATIVO CIRCULANTE – CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

Quadro 3

DESCRIÇÃO	2017
Créditos de Transferências a Receber	16.851.195,87
Dívida Ativa Tributária	4.142.943,53
Dívida Ativa Não Tributária	76.468,34
TOTAL	21.070.607,74

Fonte: SEMFAZ/CGC

A) Créditos de Transferências a Receber

Compreende os valores relativos a créditos a receber decorrentes de transferências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Consórcios Públicos e outras Instituições.

O valor de R\$ 16.851.195,87 refere-se a valores que o Município tem a receber proveniente de Convênios assinados com a União e o Estado. Este valor demonstra os créditos que o Município tem pra dar cobertura ao valor inscrito em restos a pagar não processado.

Quadro 4

DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	VALOR
Convênios Federais - Ministério da Saúde	2.806.918,79
Convênios Federais - FNDE	7.754.681,37
Convênios Federais - Ministério da Defesa	1.750.000,00
Convênios Federais - Ministério das Cidades	3.650.646,71
Convênios Federais - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	338.949,00
Convênios com Governo do Estado	550.000,00
TOTAL	16.851.195,87

Fonte: SEMFAZ/CGC

B) Dívida Ativa Tributária e Não Tributária

No exercício de 2017 a Dívida Ativa Tributária e Não Tributária esta separada em curto e longo prazo. Fora feito o registro no curto prazo do valor que tem expectativa de recebimento nos próximos doze meses. O registro do valor do curto prazo teve por base o valor orçado para 2018 na rubrica de Receita de Dívida Ativa. A composição dos valores, com detalhamento entre principal e correção, será explicada na nota nº 09 desta demonstração, juntamente com a Dívida de Longo Prazo.

Nota nº 04 – ATIVO CIRCULANTE – ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, diárias e outros, além da entrega de numerário a terceiros sem vinculação específica ao fornecimento de bens ou serviços, como o caso dos Suprimentos de Fundos.

Cabe ressaltar, que antes de 2012, quando um adiantamento era concedido, ocorria o registro de uma despesa no momento da liquidação. No novo modelo de contabilização, quando da liquidação, é incorporado um ativo de adiantamento que é baixado após a prestação de contas.

O valor de R\$ 3.975,00 refere-se a diárias concedidas e não prestado contas. Este valor encontra-se registrado no TC 10 A - Relação de Restos a Pagar Processados.

Nota nº 05 – ATIVO CIRCULANTE – CRÉDITOS POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 572.452,59 é um crédito que a AGERJI- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ji-Paraná tem junto a CAERD - Companhia de Água e Esgoto, que é o valor mensal que a CAERD tem que repassar para a AGERJI em função do contrato de concessão dos serviços, e que durante todo o exercício de 2017 não cumpriu com o contrato. Já foi notificada a AGERJI para que envie os créditos para inscrição em Dívida Ativa.

Nota nº 06 – ATIVO CIRCULANTE – DEPÓSITOS ESPECIAIS/CONTA ESPECIAL-PRECATÓRIOS

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, nos termos do inciso II, § 1º, do art. 97 do ADCT, o Município de Ji-Paraná aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, por meio do Decreto Municipal nº 14535/GAB/PMJP/2010, no qual determina fazer um depósito mensal em conta especial controlada pelo Tribunal de Justiça, a base de 1/12 (um, doze avos) de 1 % da Receita Corrente Líquida, para quitar seu estoque de precatórios em 15 anos.

De acordo com Ofício nº 165/TJ-RO/2015 estes valores estão depositados em modalidade de depósito judicial, operação 040, remunerada pelo índice da poupança. O valor do rendimento anual foi contabilizado com Receita Patrimonial do município e lançado na conta depósitos especiais.

DESCRİÇÃO	VALOR
Saldo do exercício anterior	956.550,82
(+) Valores pagos para o Tribunal de Justiça	3.374.418,50
(+) Rendimento de aplicação da conta depósitos especiais	69.724,10
(-) Pagamento de Precatórios pelo Tribunal de Justiça	4.052.675,39
(=) Saldo para o exercício seguinte	348.018,03

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 07 – ATIVO CIRCULANTE – AÇÕES

De acordo com Processo Administrativo nº 302/2015 da Câmara Municipal de Ji-Paraná estas Ações são da Empresa Oi S/A, que estão aplicadas na Bolsa de Valores. Com base em informações fornecidas pelo Banco do Brasil, de acordo com a cotação do dia, estas ações tiveram rendimento positivo no exercício de 2017 de R\$ 0,97, lançado pela Contabilidade da Câmara na conta Reavaliações de Títulos gerando uma Variação Patrimonial Aumentativa. Por se tratar de um valor insignificante já foi solicitado a Câmara Municipal a baixa deste valor de seu patrimônio, mas a mesma informa que não tem conseguido negociação para venda desta ação.

Nota nº 08 – ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES

O inventário do estoque foi elaborado de acordo com preceitos que rege a Lei Federal nº 4.320/64 e Instrução Normativa nº 13/2001 do TCE-RO.

Os estoques de almoxarifado foram avaliados e estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição.

O levantamento físico foi realizado no dia 30/12/2017, por Comissão Especial nomeada pelo Decreto Municipal nº 8493/GAB/PMJP/2017, e todos os itens relacionados encontram-se em bom estado de conservação e devidamente armazenados.

As informações contidas no inventário de almoxarifado e registrado na Contabilidade foram extraídas do Sistema de Administração de Almoxarifados – Pública Sistemas/Fiorilli Software. Segue abaixo movimentação da conta estoques no exercício de 2017:

CONTA ESTOQUES	VALOR
Saldo Inicial da Conta Estoques	1.386.591,85
(+) Inscrição Resultante da Execução Orçamentária (TC-23)	15.903.256,99
(+) Inscrição Independente da Execução Orçamentária (TC-23)	0,00
(+) Inscrição outros estoques - Materiais Distribuição Gratuita e Sentenças Judiciais	94.156,34
(+) Adiantamentos concedidos (Reclassificação Almoxarifado (TC -23)	135.330,00
(-) Consumo do período (DVP de uso de materiais)	16.117.489,76
(=) Saldo Final da Conta Estoques	1.401.845,42

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 09 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – CREDITO DE LONGO PRAZO – DÍVIDA ATIVA

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas, contendo, inclusive juros e atualização monetária ou quaisquer outros encargos aplicados sobre o valor a ser inscrito em Dívida Ativa.

No quadro abaixo está demonstrado a movimentação da Dívida Ativa em 2017:

DESCRİÇÃO	PRINCIPAL	CORREÇÕES	MULTAS	JUROS	TOTAL
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA					
Saldo Inicial	49.139.450,76	32.669.775,17	8.394.972,65	88.169.688,95	178.373.887,53
(+) Inscrição no Exercício	6.356.252,96	1.100.311,91	791.324,41	11.277.135,82	19.525.025,13
(-) Cancelamento	3.367.170,15	3.227.460,85	659.502,32	9.816.394,26	17.070.527,59
(-) Pagamentos (Anexo 10)	2.632.148,92	377.267,63	319.255,86	973.274,07	4.301.946,48
(-) Ajuste de classificação	12,02	0,00	0,00	0,00	12,02
Saldo Final	49.496.372,63	30.165.358,60	8.207.538,88	88.657.156,44	176.526.426,57
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA					
Saldo Inicial	61.439.473,47	35.643.993,46	9.778.555,76	82.913.000,43	189.775.023,12
(+) Inscrição no Exercício	3.004.606,43	1.361.064,28	440.310,68	13.416.938,59	18.222.919,98
(-) Cancelamento	279.663,66	116.657,92	39.632,15	281.322,06	717.275,79
(-) Pagamentos (Anexo 10)	39.115,84	14.032,38	5.105,02	34.497,52	92.750,76
(+) Ajuste de classificação	12,02	0,00	0,00	0,00	12,02
Saldo Final	64.125.312,42	36.874.367,44	10.174.129,27	96.014.119,44	207.187.928,57
TOTAL GERAL	113.621.685,05	67.039.726,04	18.381.668,15	184.671.275,88	383.714.355,14

Fonte: SEMFAZ/GGA

O valor de R\$ 12,02 que está como ajuste de classificação era uma dívida que estava classificada como tributária, sendo que era não tributária. O ajuste foi feito baseado em documento da Gerência Geral de Arrecadação.

Os valores cancelados que totaliza R\$ 17.787.803,38, está detalhado na planilha abaixo:

ITEM	DESCRİÇÃO	VALOR
1	Área Alagada	191,56
2	Lançamentos indevidos	3.772.093,82
3	Encerramento de atividades	54.911,18
4	Pagamentos não baixados pelo arquivo retorno	73.173,59
5	Processo Judicial (Prescrição por sentença)	1.881.775,57
6	Isenção pessoa idosa, deficiente ou viúva	2.946,63
7	Decisões administrativas	1.467.287,47
8	Programa de participação de bloque ementa Lei 890/98	907,77
9	Depósito Judicial	82.112,96

10	Alocação de valores	7.789,49
11	Compensação de valores	15.418,84
12	Compensação pagamento protesto	3.781,56
13	Débitos prescritos	10.253.120,78
14	Duplicidade de lançamento	140.627,47
15	Outros (débitos suspensos aguardando proc. administrativos)	31.664,69
TOTAL		17.787.803,38

Fonte: SEMFAZ/GGA

Os itens 050e013 trata-se de cancelamentos efetuados por prescrição que não foram interrompidos em tempo hábil com medidas de combate a evasão, porém estão sendo apuradas as responsabilidades através da Tomada de Contas Especial, instaurada através dos processo 11993/2014 de 26/08/2014.

Os demais itens estão devidamente informados os motivos, e cada exclusão precederam de um processo administrativo, devidamente analisado pelos órgãos competentes com pareceres embasados nas normas vigentes, estando os documentos comprobatórios arquivados na Gerência de Arrecadação a disposição dos órgãos de controle.

Para maior esclarecimento da composição do Crédito de Dívida Ativa do Município detalhamos no quadro abaixo a dívida ativa por exercício.

DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA						R\$
EXERCÍCIO	PRINCIPAL	CORREÇÕES	MULTAS	JUROS	TOTAL	
1990	1.120,00	5,28	133,96	176,80	1.436,03	
1993	422,19	2.036,05	245,82	7.432,90	10.136,96	
1994	10.264,23	48.901,55	5.916,58	171.272,12	236.354,48	
1995	109.918,24	377.373,93	48.729,22	1.335.033,83	1.871.055,22	
1996	123.793,55	358.581,43	50.908,21	1.259.670,29	1.792.953,47	
1997	243.458,49	629.997,92	87.949,85	2.190.723,95	3.152.130,22	
1998	352.590,37	862.045,35	121.883,37	2.902.835,51	4.239.354,60	
1999	318.322,01	710.815,61	103.201,72	2.287.603,03	3.419.942,37	
2000	356.773,06	746.019,29	110.639,38	2.352.872,13	3.566.303,86	
2001	918.960,33	1.715.282,60	264.409,30	5.264.132,01	8.162.784,24	
2002	778.247,43	1.256.547,81	205.627,71	3.833.266,00	6.073.688,95	
2003	912.324,44	1.103.606,43	204.214,04	3.513.449,34	5.733.594,25	
2004	1.261.613,25	1.364.463,90	264.919,95	4.261.104,80	7.152.101,91	
2005	3.767.641,30	3.640.835,38	745.448,23	11.129.497,36	19.283.422,28	
2006	1.755.385,59	1.605.418,45	345.429,19	4.695.073,99	8.401.307,22	
2007	2.124.189,87	1.796.456,34	412.585,64	5.009.514,51	9.342.746,35	
2008	5.617.132,18	5.274.211,25	1.107.040,17	15.701.236,62	27.699.620,22	
2009	1.699.830,45	1.134.067,27	314.225,53	2.996.019,62	6.144.142,88	
2010	3.856.322,86	2.207.421,44	629.794,10	5.593.678,04	12.287.216,45	
2011	3.011.803,18	1.542.665,98	483.051,04	3.889.227,57	8.926.747,78	
2012	2.732.761,21	1.612.906,25	461.639,88	4.283.398,80	9.090.706,14	
2013	1.663.663,37	525.427,27	243.938,54	1.243.389,10	3.676.418,28	
2014	2.662.752,30	645.664,37	352.156,62	1.454.763,51	5.115.336,79	
2015	3.530.859,80	485.709,20	417.087,60	1.236.739,76	5.670.396,36	
2016	5.401.243,38	450.827,61	596.454,24	1.521.147,00	7.969.672,22	
2017	6.284.979,54	68.070,64	629.728,99	523.897,85	7.506.857,04	
TOTAL	49.496.372,63	30.165.358,60	8.207.358,88	88.657.156,44	176.526.426,57	

DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA						R\$
EXERCÍCIO	PRINCIPAL	CORREÇÕES	MULTAS	JUROS	TOTAL	
2000	78.715,90	156.036,40	23.475,23	484.447,08	742.674,60	
2001	173.553,15	329.191,50	50.274,47	1.011.053,09	1.564.072,21	
2002	156.709,29	244.816,89	42.339,44	743.253,62	1.187.119,25	
2003	804.098,69	945.066,69	174.916,54	3.003.127,72	4.927.209,64	
2004	3.056.662,41	3.358.670,45	713.310,47	10.225.964,13	17.354.607,46	
2005	1.306,57	1.221,01	252,76	3.623,33	6.403,67	
2006	440.126,10	404.881,12	84.500,72	1.197.633,93	2.127.141,87	
2007	1.587,82	1.505,49	636,23	3.759,96	7.489,49	
2008	1.486,15	1.701,03	318,72	5.411,59	8.917,49	
2009	22.332,89	19.812,99	4.229,34	56.422,46	102.797,68	
2010	52.144.168,46	30.273.050,08	8.242.295,98	76.301.071,15	166.960.585,68	
2011	284.131,95	188.537,61	47.266,96	503.988,19	1.023.924,71	
2012	136.544,79	62.076,78	19.884,56	154.305,69	372.811,82	
2013	936.575,19	298.846,36	123.542,16	696.685,94	2.055.649,64	
2014	1.613.801,73	394.092,57	200.789,43	877.867,17	3.086.550,90	
2015	76.319,36	10.052,51	8.637,19	26.434,75	121.443,81	
2016	1.192.573,40	167.474,36	135.263,86	422.508,08	1.917.819,70	
2017	3.004.618,57	17.333,61	302.195,22	296.561,54	3.620.708,94	
TOTAL	64.125.312,42	36.874.367,44	10.174.129,27	96.014.119,44	207.187.928,57	

Fonte: SEMFAZ/GGA

Nota nº 10 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo, por inadimplência de terceiros e outras.

De acordo com o Manual da Dívida Ativa, os montantes a serem registrados em Contas a Receber devem ser mensurados por seu valor líquido de realização, ou seja, pelo produto final em dinheiro ou equivalente que se espera obter, de forma a assegurar a fiel demonstração dos fatos contábeis.

Tal provisionamento justifica-se pelo dever que a Contabilidade tem de espelhar correta e claramente a real situação patrimonial do ente. Para tanto, foi adotada para a Dívida Ativa Tributária a metodologia de cálculo pelo histórico das médias percentuais de recebimento da receita nos últimos cinco anos. A metodologia foi regulamentada pelo Município através do Decreto Municipal nº 5189/2015, Art. 33, Anexo I.

O critério utilizado para a Dívida não tributária foi a metodologia que consiste na classificação dos créditos quanto ao grupo de risco e tipo de recuperação conforme fase processual. Esta metodologia foi aplicada pela Procuradoria Geral do Município, através de Processo Administrativo nº 0621/2016.

DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL DA DÍVIDA	AJUSTE DE PERDAS	SALDO	R\$
Dívida Ativa Tributária	176.526.426,57	167.488.385,07	9.038.041,50	
Dívida Ativa Não Tributária	207.187.928,57	190.140.769,02	17.047.159,55	
TOTAL	383.714.355,14	357.629.154,09	26.085.201,05	

Nota nº 11 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada. No quadro abaixo é apresentado a movimentação desta conta no exercício de 2017.

CONTA IMOBILIZADO	VALOR	R\$
Saldo Inicial da Conta Imobilizado	135.203.825,10	
(+) 4.4.9.0.5.1 – Valor liquidado de Obras e Instalações	9.435.208,15	
(+) 4.4.9.0.5.2 – Valor liquidado de Equipamentos e Material Permanente	3.958.596,36	
(+) Inscrição Independente da Execução Orçamentária (TC 23)	5.532.986,67	
(-) Baixa Resultante da Execução Orçamentária (TC 23)	0,00	
(-) Baixa Independente da Execução Orçamentária (TC 23)	724.689,20	
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis (TC 23)	2.716.158,75	
(=) Saldo Final da Conta Imobilizado	150.689.768,33	

Fonte: SEMFAZ/GGA

As movimentações Independentes da Execução Orçamentária estão explicadas abaixo:

- Ø R\$ 5.532.986,67 - Inscrição independente, sendo: R\$ 468.563,45 de bens móveis recebidos em doação, de instituições privadas e de órgãos da união e estado; R\$ 5.064.423,22 de liquidação de obras em andamento, que estavam registradas em restos a pagar não processados de 2016.
- Ø R\$ 724.689,20 - Baixa independente - referente bens móveis considerados inservíveis, e bens não localizados averiguados através de Tomada de Contas Especial, Processo nº 214/2013, Instaurada através do Decreto nº 18131/2012.

11.1 – BENS MÓVEIS

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios futuros ou potenciais de serviços. Os bens móveis do Município, adquiridos a partir de 01/01/2013 foram depreciados pelo método do Custo, e o critério de depreciação pelo método de cotas constantes.

11.2 – BENS IMÓVEIS

Compreende o valor dos bens que são vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, individualizados, e segregação dos bens por utilização.

A metodologia para depreciação, avaliação ou reavaliação dos bens imóveis foi regulamentada através do Decreto Municipal nº 4750/2015, mas que de acordo com documento apresentado pelo Diretor de Contabilidade do Patrimônio, até a presente data não foi implementada pelo Município por falta de equipe técnica capacitada em seu quadro funcional.

Nota nº 12 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS

A metodologia para depreciação de bens foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1676/2013 e alterado pelo Decreto Municipal nº 4750/2015, Art. 73 a 82. Nesta Conta do Balanço Patrimonial consta a depreciação dos bens móveis, que teve como data de corte 01/01/2013. Os bens imóveis serão depreciados após atualização dos valores a preço de mercado, que está previsto para o exercício de 2018.

Para definição das taxas de depreciação considerar-se-á a deterioração física do bem, assim como o seu desgaste com uso e a sua obsolescência.

O registro da Depreciação teve como método a linha reta, ou cotas constantes, em que se utiliza de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.

A tabela contendo os percentuais de depreciação bem como a vida útil dos bens é o Anexo VIII do Decreto Municipal nº 4750/2015, disponível no portal de transparência deste Município.

A movimentação desta conta no exercício esta demonstrada abaixo:

Quadro 12		R\$
CONTA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR	
Saldo Acumulado em 31.12.2016	5.345.853,66	
(+) Variação Patrimonial Diminutiva - Depreciação Acumulada	2.716.158,75	
(-) Efetivação de Depreciação dos bens baixados (anexo 23)	11.249,74	
Saldo Acumulado em 31.12.2017	8.050.762,67	

Fonte: SEMFAZ/CGC

De acordo com o MCASP, no capítulo que trata de Reavaliação, determina que quando um item do Imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado. O valor do ajuste decorrente da atualização ou da eliminação da depreciação acumulada faz parte do aumento ou da diminuição no valor contábil registrado. No caso o valor registrado no quadro acima como efetivação de depreciação refere-se a este ajuste no grupo dos bens que foram baixados e que já tinham sido depreciados.

Nota nº 13 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE

Quadro 13		R\$	ISF
CONTAS	VALOR		
Pessoal a Pagar	1.327.698,47	P	
Encargos Sociais a Pagar	507.041,12	P	
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	150.000,00	P	
Fornecedores de Contas a Pagar a Curto Prazo	715.470,07	P	
Precatórios de Fornecedores Nacionais a Curto Prazo	3.341.455,92	P	
Outras Tributos e Contribuições Federais a Recolher	89.391,45	P	
SUBTOTAL	6.131.057,03		
Fornecedores de Contas a Pagar a Curto Prazo	4.034.717,03	F	
Precatórios de Fornecedores Nacionais a Curto Prazo	348.018,03	F	
Valores Restituíveis	722.863,24	F	
Indenizações e Restituições	39.722,24	F	
Outras Obrigações de Curto Prazo	13.057,50	F	
SUBTOTAL	5.158.378,04		
TOTAL	11.289.435,07		

Fonte: SEMFAZ/CGC

ISF (Indicador de Superávit Financeiro)

Este quadro tem por objetivo demonstrar os valores registrados no passivo circulante que tem afetação direta na apuração do Superávit Financeiro. Por isso identificou-se as contas diferenciando as que tem seu registro no sistema contábil financeiro bem com as que estão registradas apenas no sistema patrimonial. O ISF (Indicador de Superávit Financeiro) é uma classificação que possibilita esta separação. O PCASP e MCASP utilizam as letras (F) ou (P) para indicar quais as são contas de ativo ou passivo financeiro ou permanente, respectivamente. Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Após o empenho, considera-se efetivada a autorização orçamentária, e os passivos passam a integrar o passivo financeiro. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções e consignações.

Nas notas explicativas abaixo serão detalhadas as contas do quadro 12.

Nota nº 14 – PASSIVO CIRCULANTE – PERMANENTE

14.1 – Pessoal a Pagar - Nesta conta está registrado o valor de R\$ 1.327.698,47 referente a valores da despesa com férias vencidas, reconhecidas por competência, com direito adquirido pelo servidor. Estas informações são fornecidas pela Gerência de Recursos Humanos, que teve como base de cálculo as fórmulas regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 4243/2015.

14.2 - Encargos Sociais a Pagar - O valor de R\$ 507.041,12 são os parcelamentos de dívida com a previdência a vencer nos próximos 12 meses. Valores que compõem a Dívida Consolidada do Município transferidas para o curto prazo.

14.3 - Empréstimos a curto prazo internos - O valor de R\$ 150.000,00 é o valor que será amortizado nos próximos 12 meses da Operação de Crédito contratada

14.4 - Fornecedores de Contas a Pagar a curto prazo - O valor de R\$ 715.470,07 refere-se a obrigações a pagar que o município tem para junto a CAERD, que está em demanda judicial para encontro de contas, em virtude do valor que o Fornecedor deve para os cofres públicos.

14.5 - Precatórios de Fornecedores Nacionais de Curto Prazo - O valor de R\$ 3.341.455,92, são os precatórios que o município irá empenhar e pagar ao Tribunal de Justiça no exercício de 2018

Nota nº 15 – PASSIVO CIRCULANTE – FINANCEIRO**15.1 - Fornecedores a Pagar/Indenizações a Pagar/Outras Obrigações**

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar. O valor de R\$ 4.087.496,77 que é o somatório das contas citadas acima refere-se aos restos a pagar processados inscritos no exercícios e em exercícios anteriores. Este valor está registrado do Anexo TC 10 A, com detalhamento por fornecedor e a conta corrente onde consta o recurso financeiro para dar suporte a tal obrigação.

15.2 - Precatórios de Fornecedores Nacionais de Curto Prazo

O valor de R\$ 348.018,03, difere do valor classificado no permanente, pois este valor já foi empenhado e pago pelo Município ao Tribunal de Justiça, mas o passivo só será baixado quando o tribunal pagar o credor.

15.3 - Valores Restituíveis

Nesta conta estão registrados os seguintes valores:

- Ø R\$ 711.238,82 - Valor referente a depósitos por determinação judicial mas que a Procuradoria Geral do Município não identificou a origem.
- Ø R\$ 11.624,42 - Valor referente ao saldo da conta depósitos de caução.

Nota nº 16 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE - COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	VALOR	R\$
Saldo do exercício anterior	26.003.298,61	
(+) Inscrição	6.224.187,01	
(-) Baixa	10.138.236,43	
(=) Saldo para o exercício seguinte	22.089.249,19	

Fonte: SEMFAZ/CGC

Na inscrição os fatos mais relevantes foram:

- Ø R\$ 1.980.106,18 - Referente reconhecimento de novos precatórios, e atualização monetária dos já inscritos, de acordo com ofícios do Tribunal de Justiça
- Ø R\$ 894.461,00 - Referente recebimento de receita de Operação de Crédito
- Ø R\$ 2.426.353,45 - Valores de atualização monetária da dívida já contratada com o INSS e o reconhecimento de um novo valor de dívida previdenciária.
- Ø R\$ 715.470,07 - Referente registro da dívida do município com a CAERD.
- Ø R\$ 207.796,31 - atualização monetária de dívidas já contratadas.

Na baixa os fatos relevantes foram:

- Ø R\$ 5.151.376,59 - Valores transferidos para o curto prazo em virtude de suas parcelas vencerem nos próximos doze meses.
- Ø R\$ 4.129.277,88 - Pagamento de precatórios no exercício, conforme informação do Tribunal de Justiça.
- Ø R\$ 857.581,96 - Amortização da dívida no período, tais como: parcelamento de INNS, Operação de Crédito, parcelamento com o Detran.

Nota nº 17 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE – PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA

Entende-se por Provisão Matemática Previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados pelo RPPS para fazer face a totalidade dos compromissos futuros do plano e as contribuições correspondentes, ou seja, a Provisão Matemática Previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Tais provisões são calculadas por profissional habilitado registrado no IBA, conforme Lei Federal 9.717/98.

Para a composição e a política de classificação dos critérios de avaliação da Provisão Matemática Previdenciária (Passivo Atuarial), foram utilizados dados da Provisão Matemática Atuarial com data de 31/12/2016. O critério de avaliação da Provisão Matemática está estabelecido em Nota Técnica Atuarial- NTA, podendo ser consultado no site do Ministério da Previdência Social - MPS.

SONETE DIOGO PEREIRA
COORD.GERAL DE CONTABILIDADE
CRC-RO Nº 3060/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
239.445.959-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 of 2

CONSOLIDADO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
	ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00 ORDINÁRIO	7.209.632,69	4.711.359,37
01 VINCULADO	152.488.226,21	135.722.241,63
01 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	29.007,23	0,00
02 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	116.531,59	0,00
03 Contrib.p/Regime Próprio Previdência Social-RPPS (patronal, serv.compens.financieira)	141.096.561,90	121.929.207,65
07 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	11.286.283,87	395.187,98
08 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenv.da Educação - FNDE	-5.734.406,79	-7.725.794,15
11 Transferências do FUNDEB	0,00	74.281,78
12 Transferências de Convênios - Educação	667.546,92	10.446,69
13 Transferências de Convênios - Saúde	973.630,48	244.366,55
14 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados á educação/saúde)	1.800.776,96	7.755.435,65
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.882.609,65	2.331.449,87
17 Recursos Destinados a Fundos	316.089,91	133.964,78
21 Outros recursos estaduais destinado a Saúde	2.370,67	10.486,12
90 Operações de Crédito Internas	51.223,82	12.820,43
92 Alienação de Bens	0,00	25.472,90
TOTAL	159.697.858,90	140.433.601,00

NOTA EXPLICATIVA

Nota nº 01- O superávit financeiro apurado no exercício refere-se ao saldo financeiro constante no Balanço Financeiro, deduzido os valores inscritos em restos a pagar e os valores restituíveis como caução e depósitos judiciais.

Nota nº 02- O valor deficitário na fonte de recursos dos valores recebidos do FNDE, é em virtude de Convênios que estão empenhados, mas que o recurso não foi recebido pelo Município. Estes valores estão detalhados no Anexo TC 38, desta prestação de contas.

SONETE DIOGO PEREIRA
COORD.GERAL DE CONTABILIDADE
CRC-RO Nº 3060/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
239.445.959-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 8

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	42.898.233,98	38.878.013,08	PESSOAL E ENCARGOS	119.406.706,01	112.887.493,43
IMPOSTOS	36.778.718,16	33.191.725,28	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	103.106.654,40	95.110.469,64
TAXAS	6.119.515,82	5.686.287,80	ENCARGOS PATRONAIS	11.286.597,51	10.363.925,00
CONTRIBUIÇÕES	18.110.804,23	17.794.899,16	BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.269.703,12	5.141.899,58
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	14.478.965,19	13.780.599,94	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA	743.750,98	2.271.199,21
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.631.839,04	4.014.299,22	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	10.626.179,13	6.990.472,65
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	2.907.894,72	198.875,25	APOSENTADORIAS E REFORMAS	4.188.958,92	3.227.347,25
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.907.894,72	198.875,25	PENSÕES	1.023.133,83	853.169,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	51.134.959,58	73.439.272,13	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.414.086,38	2.909.956,32
JUROS E ENCARGOS DE MORA	36.143.888,21	55.584.642,23	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	63.790.198,51	59.197.005,32
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14.991.071,37	17.854.629,90	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	16.117.489,76	12.825.092,61
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	211.675.362,46	240.295.906,60	SERVIÇOS	44.956.550,00	44.007.943,11
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	59.935.961,97	60.105.746,20	DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.716.158,75	2.363.969,60
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	151.213.412,69	180.100.446,51	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	896.613,14	643.817,38
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	486.143,37	89.333,89	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	311.798,14	327.978,34
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	39.844,43	0,00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	380,00	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	584.815,00	315.839,04
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	11.900,45	30.400,34	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	65.771.363,82	64.000.160,69
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,97	0,34	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	59.935.961,97	60.105.685,84
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	30.400,00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	4.615.436,85	945.788,35
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	11.899,48	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.110.975,00	1.038.879,63
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.237.535,65	11.923.554,01	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	1.490.358,80
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	11.458.874,03	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	108.990,00	414.459,50
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	38.884,10	0,00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	4.988,57
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.198.651,55	464.679,98	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAS	44.923.497,76	55.648.621,33
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	327.976.691,07	382.560.920,57	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PI	40.827.861,61	53.673.122,28
TOTAL	327.976.691,07	382.560.920,57	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	724.689,20	1.975.499,05
			DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.370.946,95	0,00
			TRIBUTÁRIAS	2.253.820,14	2.135.573,57
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.692,12	0,00
			CONTRIBUIÇÕES	2.252.128,02	2.135.573,57
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.885.203,19	26.108.896,80
			PREMIAÇÕES	5.661,00	9.000,00
			SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	53.573,20	50.000,00
			VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	3.960.486,42	24.836.868,50
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	865.482,57	1.213.028,30
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	312.553.581,70	327.612.041,17
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	15.423.109,37	54.948.879,40
			TOTAL	327.976.691,07	382.560.920,57

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	18.458.227,73	14.951.618,82
INVESTIMENTOS	18.458.227,73	14.951.618,82
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	5.372.153,38	1.294.877,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.372.153,38	1.294.877,32
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	894.461,00	1.397.825,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	894.461,00	1.397.825,96
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	20.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS(RECEITAS)	0,00	20.400,00

NOTA EXPLICATIVA

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Esta demonstração consolidada foi elaborada de duas formas, uma contendo as movimentações INTRA-OFFS e outra desconsiderando as INTRA-OFFS.

Esta Demonstração Contábil foi elaborada com base nos dados extraídos do Sistema da Contabilidade Pública Integrado (SCPI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Município, constantes na Nota Explicativa nº 01.

Nota nº 01-RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES CONSOLIDADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO

ÓRGÃO	CNPJ
PODER LEGISLATIVO	
Câmara Municipal de Ji-Paraná	04.380.325/0001-06
PODER EXECUTIVO	
Prefeitura Municipal de Ji-Paraná	04.092.672/0001-25
Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná	19.122.075/0001-73
Fundo Previdência Social de Ji-Paraná	21.407.711/0001-55
Fundo Municipal de Assistência Social de Ji-Paraná	18.163.380/0001-40
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes de Ji-Paraná	17.746.425/0001-47
Fundação Cultural de Ji-Paraná	04.380.911/0001-42
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ji-Paraná	15.659.732/0001-65
Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Ji-Paraná	23.989.229/0001-42

Nota nº 02 – RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial de 2017 foi superavitário no valor de R\$ 15.423.109,37, evidenciado pela diferença positiva entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas e Diminutivas, conforme quadro abaixo:

Quadro 2

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	327.976.691,07	100%	382.560.920,57	100%	-14,27%
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	42.898.233,98	13,08	38.878.013,08	10,16	10,34
Contribuições	18.110.804,23	5,52	17.794.899,16	4,65	1,78
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	2.907.894,72	0,89	198.875,25	0,05	1.362,17
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	51.134.959,58	15,59	73.439.272,13	19,20	-30,37
Transferências e delegações recebidas	211.675.362,46	64,54	240.295.906,60	62,81	-11,91
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.249.436,10	0,38	11.953.954,34	3,13	-89,55
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	312.553.581,70	100%	327.612.041,17	100%	-4,60%
Pessoal e Encargos	119.406.706,01	38,20	112.887.493,43	34,45	5,77
Benefícios previdenciários e Assistenciais	10.626.179,13	3,40	6.990.472,65	2,13	52,01
Uso de Bens, Serviços e Consumo	64.065.422,54	20,50	59.197.005,32	18,05	8,22
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	621.389,11	0,20	643.817,37	0,20	-3,48
Transferências e Delegações Concedidas	65.771.363,82	21,04	64.000.160,69	19,59	2,77
Desvalorização e Perdas de Ativo	44.923.497,76	14,38	55.648.621,33	16,97	-19,27
Tributárias	2.253.820,14	0,72	2.135.573,57	0,65	5,54
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.885.203,19	1,56	26.108.896,80	7,96	-81,29
RESULTADO PATRIMONIAL	15.423.109,37		54.948.879,40		

Fonte: SEMFAZ/CGC

Notas: AV – Análise Vertical

AH – Análise Horizontal(2017/2016)

Nas Notas Explicativas a seguir estão elencadas as principais alterações patrimoniais que impactaram no Resultado do Exercício.

Nota nº 03 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nesta conta estão as variações decorrentes da arrecadação da Receita Orçamentária de Impostos e Taxas(Anexo 10) acrescido do valor de R\$2.067.996,53, de IPTU que teve o reconhecimento da variação por competência, mas que não foi arrecadado no exercício, ficando portanto inscrito como Dívida Ativa Tributária. De acordo com a análise horizontal verifica-se que do exercício de 2016 para 2017 houve um acréscimo de 10,34% nesta variação, demonstrando assim maior eficiência na arrecadação dos tributos de competência do município.

Nota nº 04 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Na composição das Variações Patrimoniais Financeiras estão as seguintes movimentações:

- Ø R\$ 14.991.071,37 - referente ao ingresso de receitas patrimoniais oriunda do rendimento de aplicação financeira das contas bancárias da entidade.
- Ø R\$ 36.143.888,21- na conta Juros e Encargos de Mora que é referente ao recebimentos de receitas de Multas e Juros de Mora de Tributos (R\$ 463.939,63); Inscrição de valores em Dívida Ativa Tributária (R\$ 17.457.016,58) e Inscrição em Dívida Ativa Não Tributária (R\$ 18.222.932,00), conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 07 do Balanço Patrimonial. Os Juros e Encargos de Mora teve uma redução em 2017 de 34,96%, isso em decorrência da diminuição do valor inscrito na Dívida Ativa, demonstrando aumento da arrecadação dos tributos lançados.

Nota nº 05 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

- Ø R\$ 59.935.961,97 - são as transferências intragovernamentais recebidos pelas diversas entidades mantidas pelo Poder Executivo, já detalhadas na Nota Explicativa nº 002 do Balanço Financeiro, bem como os valores de transferências de bens móveis e imóveis entre as entidades. Neste grupo de contas está também o valor de R\$ 1.605.742,47 recebido pelo Fundo de Previdência referente Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial. Estas movimentações intraorçamentárias não causam efeito modificativo no resultado, pois na consolidação devem se expurgadas.
- Ø R\$ 151.213.412,69- Transferências Inter Governamentais que são as receitas de Transferências Constitucionais e Legais recebidas pelo Município, da União e do Estado. No exercício de 2017 houve uma queda significativa na arrecadação destas receitas.
- Ø R\$ 486.143,37- Deste valor R\$ 412.622,16 são doações feitas pelas Apps –Associação de Pais e Professores para a Educação Municipal, dos bens móveis que são adquiridos com os repasses recebidos por estas APPs. O valor de R\$ 73.521,21 são doações de entidades privadas para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Ø R\$ 39.844,43 - Transferência recebida a título de doação de bens móveis para o Fundo Municipal de Assistência Social, feita pela Justiça Federal.

Nota nº 06 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

- Ø R\$ 11.899,48 - Este valor refere-se a desincorporação de passivos, que são as anulações de restos a pagar processados (R\$ 2.438,14) e redução da dívida que a AMT tinha com a previdência (R\$ 9.461,34), após apuração feita pela Analista Previdenciária através dos Processos Administrativos nº 0861/2016 e 054/2017.
- Ø R\$ 0,97 - A Câmara Municipal tem ações junto a Empresa Oi S/A e este valor é o ganho por reavaliação que estas ações tiveram no exercício de 2017.

Nota nº 07 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Esta conta no exercício de 2017 teve uma movimentação expressiva:

- Ø R\$ 38.884,14 - Reversão de Provisões - Refere-se as férias lançadas por competência. O lançamento é feito mediante relatório apresentado pelo Departamento de Recursos Humanos, que no exercício de 2017, fez revisão na relação de servidores com férias a receber e ajustou o relatório demonstrando que o valor no Sistema de Folha de Pagamento estava menor que o registro contábil, por esse motivo foi feita a reversão para adequar a Contabilidade com o Relatório fornecido pelo CGRH em 31/12/2017.
- Ø R\$ 1.198.651,55 - Receita orçamentária referente multas administrativas e de trânsito e indenizações e restituições.

Nota nº 08 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – PESSOAL E ENCARGOS

Nas variações de pessoal e encargos além das despesas liquidadas com remuneração de pessoal, registra-se também as provisões para pagamento de férias e décimo terceiro salário regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4243/GAB/PMJP/2015, obedecendo assim o princípio da competência, conforme determina o MCASP.

Nota nº 09 – DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DO ATIVO E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**9.1 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO IMOBILIZADO**

Compreende a variação patrimonial diminutiva com a redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo imobilizado, que reflete um declínio na sua utilidade além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação. O Município através do Decreto Municipal nº 4750/2015 estabeleceu as normas e procedimentos sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável de seus ativos, mas até o final do exercício de 2017 não foi possível implementar estas normas, por falta de mão de obra qualificada em seu quadro de servidores, nem foi possível a contratação de empresa especializado no assunto.

9.2 - AJUSTE DE PERDA DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS

O valor de R\$ 40.827.861,61 compreende a variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de créditos por inadimplência ou outros fatores que impossibilitam o recebimento de créditos. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas em investimentos e aplicações temporárias, não destinados à negociação e que não façam parte das

atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto e no longo prazo. O valor registrado nesta conta esta detalhado abaixo:

- Ø R\$ 793.285,53 - valor referente ao lançamento do ajuste para perdas da Dívida Ativa Tributária do exercício de 2017.
- Ø R\$ 20.781.813,64 - valor referente ao lançamento do ajuste para perdas da Dívida Ativa Não Tributária do exercício de 2017.
- Ø R\$ 1.464.959,06 - Valor referente o ajuste para perda dos Investimentos do RPPS.
- Ø R\$ 717.275,79 - Cancelamento de Dívida Ativa Não Tributária.
- Ø R\$ 17.070.527,59 - Cancelamento de Dívida Ativa Tributária.

9.3 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO

O valor de R\$ 724.689,20 foi baixado do patrimônio pelo motivos abaixo relacionados:

- Ø R\$ 22.754,25 - baixado pelo Poder Legislativo por ter sido considerado bens inservíveis, após análise da comissão responsável pela elaboração do inventário, conforme resolução n° 173/2017 e Processo Administrativo n° 83/2017.
- Ø R\$ 701.934,95 - Bens baixado do patrimônio por se tratar de bens não localizados, após levantamento feito através da Tomada de Contas Especial, designada pelo Decreto Municipal n° 18131/GAB/PMJP/2012 e Processo Administrativo n° 214/2013.

9.4 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

O valor de R\$ 3.370.946,95 refere-se a valores de Convênios a Receber que estava registrados no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial. De acordo com informação fornecida pela Secretaria de Planejamento, através do Memorando n° 010/2018, são Convênios que tiveram seus prazos de vigência expirados e cancelados pelos órgãos concedentes.

Nota n° 10 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

10.1 -VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES

O valor de R\$ 3.960.486,42 registrado nesta conta refere-se a Provisão Matemática Previdenciária.

Entende-se por Provisão Matemática Previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados pelo RPPS para fazer face a totalidade dos compromissos futuros do plano e as contribuições correspondentes, ou seja, a Provisão Matemática Previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Tais provisões são calculadas por profissional habilitado registrado no IBA, conforme Lei Federal 9.717/98.

Para a composição e a política de classificação dos critérios de avaliação da Provisão Matemática Previdenciária (Passivo Atuarial), foram utilizados dados da Provisão Matemática Atuarial com data de 31/12/2017. O critério de avaliação da Provisão Matemática está estabelecido em Nota Técnica Atuarial- NTA, podendo ser consultado no site do Ministério da Previdência Social - MPS

Nota n° 11 – QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

É resultante da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o índice apresentado for maior que 1, indica um superávit patrimonial, se for igual a 1, indica equilíbrio, ou seja, não houve alteração no patrimônio e se for menor que 1, indica um déficit patrimonial.

DESCRIÇÃO	2017	2016	R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas (A)	327.976.691,07	382.560.920,57	
Variações Patrimoniais Diminutivas (B)	312.553.581,70	327.612.041,17	
Varição (A/B)	1,05	1,17	

Fonte: SEMFAZ/CGC

O Quociente de Resultado das Variações Patrimoniais calculado para o exercício de 2017 foi de 1,05 demonstrando que ocorreu um superávit patrimonial, ou seja, as Variações Patrimoniais Aumentativas foram maiores que as Variações Patrimoniais Diminutivas.

SONETE DIOGO PEREIRA
COORD.GERAL DE CONTABILIDADE
CRC-RO N° 3060/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
239.445.959-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Dezembro(31/12/2017)

CONSOLIDADO

Exercício de 2017

1 of 6

QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		340.399.978,82	326.025.509,84
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1FC	83.930.586,07	81.007.983,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2FC	167.053.929,38	155.987.141,21
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		89.415.463,37	89.030.385,01
Ingressos Extra-orçamentários		31.758.956,25	32.141.714,71
Transferências Financeiras Recebidas		57.656.507,12	56.888.670,30
DESEMBOLSOS (Incluído pago de RP)		308.658.970,21	293.424.455,59
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	3FC	188.702.161,73	172.940.943,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4FC	311.798,14	4.912.003,52
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2FC	29.730.333,67	27.637.197,26
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		89.914.676,67	87.934.310,95
Desembolsos Extra-Orçamentários		32.258.169,55	31.045.640,65
Transferências Financeiras Concedidas		57.656.507,12	56.888.670,30
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		31.741.008,61	32.601.054,25
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	108.550,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	108.550,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		19.253.960,00	14.076.182,93
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		19.253.960,00	14.016.182,93
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	60.000,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-19.253.960,00	-13.967.632,93
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		12.254.598,11	14.247.312,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		894.461,00	1.397.825,96
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS		11.360.137,11	12.849.486,04
DESEMBOLSOS		5.372.153,38	1.294.877,32
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		4.477.295,91	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		894.857,47	1.294.877,32
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		6.882.444,73	12.952.434,68
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		162.593.669,36	131.007.813,36
(+)-GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II-III)		19.369.493,34	31.585.856,00
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		181.963.162,70	162.593.669,36

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINADAS

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Tributária	40.830.237,45	37.711.866,75
Receita de Contribuições	18.110.804,23	17.794.899,16
Outras Receitas Derivadas	6.870.186,71	7.323.629,62
Receita Patrimonial	0,00	37.287,22
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.335.442,13	161.588,03
Outras Receitas Originárias	792.844,18	124.082,94
Remuneração das Disponibilidades	14.991.071,37	17.854.629,90
Total das Receitas Derivadas e Originárias	83.930.586,07	81.007.983,62

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Intergovernamentais	167.053.929,38	155.987.141,21
da União	140.771.104,37	131.620.337,97
de Estados e Distrito Federal	78.839.207,23	69.094.915,48
de Municípios	61.931.897,14	62.525.422,49
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	26.282.825,01	24.366.803,24
Total das Transferências Recebidas	167.053.929,38	155.987.141,21
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Intergovernamentais	29.730.333,67	27.637.197,26
da União	2.896.914,05	767.612,92
de Estados e Distrito Federal	1.153.089,35	544.653,51
de Municípios	1.743.824,70	222.959,41
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	17.793.951,67	18.316.673,45
Intragovernamentais	9.039.467,95	8.552.910,89
Total das Transferências Concedidas	29.730.333,67	27.637.197,26

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA	7.848.680,70	7.227.533,57
HABITAÇÃO	0,00	135.255,00
ADMINISTRAÇÃO	31.426.343,33	29.258.105,23
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.159.889,52	3.678.654,51
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.590.746,12	7.107.381,31
SAÚDE	58.685.249,43	55.084.495,36
EDUCAÇÃO	45.648.729,62	41.613.094,81
CULTURA	1.686.323,99	589.669,79
URBANISMO	18.827.752,10	18.571.915,99
SANEAMENTO	463.079,99	79.023,06
GESTÃO AMBIENTAL	794.320,22	838.273,60
AGRICULTURA	4.269.229,53	4.604.969,33
TRANSPORTE	4.525.828,62	3.164.587,74
DESPORTO E LAZER	975.986,37	987.984,56
ENCARGOS ESPECIAIS	800.002,19	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	188.702.161,73	172.940.943,86

Nota nº 02 – UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

É resultante da relação entre os créditos adicionais abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

DESCRIÇÃO	2017	2016
1 – Créditos Adicionais (Superávit Financeiro) A	10.815.063,33	11.175.496,99
2 – Superávit Financeiro do exercício anterior B	11.570.460,72	11.157.593,34
3 – Variação % (A/B)	0,93	1,00

Fonte: SEMFAZ/CGC

O quociente de utilização do Superávit Financeiro apurado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Superávit Financeiro, o Fundo Municipal de Saúde utilizou 0,93 para a abertura de créditos adicionais.

Nota nº 03 – EXECUÇÃO DA DESPESA

É resultante da relação entre a despesa executada e a dotação atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Despesa Empenhada (A)	69.013.171,50	62.734.199,98
Dotação Atualizada da Despesa (B)	85.552.709,36	70.173.189,86
Resultado (B-A)	16.539.537,86	7.438.989,88
Variação % (A/B)	0,81	0,89

Fonte: SEMFAZ/CGC

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2017 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 16.539.537,86. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei. Podemos observar que em 2017 para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Fundo Municipal de Saúde executou R\$ 0,81.

Nota nº 04 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017
	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
Receita Realizada (A)	34.500.978,54	43.999.241,11
Despesa Empenhada (B)	62.734.199,98	69.013.171,50
Resultado (A-B)	28.233.221,44	25.013.930,39

Fonte: SEMFAZ/CGC

Fazendo um confronto entre a receita Arrecadada e a Despesa Empenhada apurou-se um déficit no valor de R\$ 25.013.930,39, se explica devido à execução de despesas vinculadas a recursos de Transferências Financeiras recebidas, conforme demonstradas no balanço financeiro, mas que não são consideradas como receita orçamentária no Fundo Municipal de Saúde.

Nota nº 05 – DESPESA EXECUTADA POR TIPO DE CRÉDITO

A despesa executada no exercício de 2017 foi de R\$ 69.013.171,50, no quadro abaixo está detalhada esta execução por tipo de créditos.

DESCRIÇÃO POR TIPO DE CRÉDITO	VALOR (R\$)
Dotação Inicial – Créditos Orçamentários	56.885.929,48
Créditos Suplementares	9.636.860,22
Créditos Especiais	2.490.381,80
TOTAL	69.013.171,50

Fonte: SEMFAZ/CGC

Despesa executada refere-se a despesa empenhada no Balanço Orçamentário.

Nota nº 06 – RESUMO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL

No quadro abaixo está detalhado o orçamento anual com as suas devidas alterações bem como os recursos utilizados para a abertura dos créditos adicionais.

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR (R\$)
DOTAÇÃO INICIAL	68.415.965,61
(+) Créditos Suplementares	13.202.657,00
\ (+) Créditos Especiais	9.357.262,11
(+) Créditos Extraordinários	0,00
(+) Reformulações Administrativas	4.174.073,55
(-) Anulações de Créditos	5.441.985,81
(-) Anulações das Reformulações	4.155.263,10
(=) Dotação Atualizada	85.552.709,36
(-) Despesa Empenhada	69.013.171,50
(=) Saldo de Dotação	16.539.537,86

Fonte: SEMFAZ/CGC

No Anexo TC 18 está o detalhamento de todas as movimentações ocorridas no orçamento, inclusive este anexo está acompanhado de notas explicativas, que permitem a melhor compreensão dos principais fatos modificados no Orçamento do Fundo.

Nota nº 07 – RESTOS A PAGAR

No Anexo 02 do Balanço Orçamentário, o valor de R\$ 579,01 são anulações de restos a pagar processados de 2016, foi feito um ajuste da classificação da despesa, pois se tratava de despesas intra orçamentárias e que no exercício anterior foi empenhado como despesa orçamentária foi feito a anulação e posterior reempenho no exercício atual.

Quanto aos restos a pagar não processados, tem saldo a pagar no valor de R\$ 524.300,99 referente Convênios com a União que estão em execução e com contratos vigentes, relacionados a Programas de Saúde.

Nota nº 08- A Receita de Capital no valor de R\$ 3.783.850,72, refere-se a: R\$ 3.633.850,72 são Investimentos repassados pelo Ministério da Saúde para o Fundo Municipal de Saúde e o valor de R\$ 150.000,00 são recursos repassados pelo Estado.

NEIVA MARIA COLDEBELLA
DIR. DE CONTAB. DA AREA DA SAÚDE
CRC -RO 002617/O

RENATO ANTONIO FUVERKI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
306.219.179-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:10 - Fundo Municipal de Saúde

Exercício de 2017

1 of 5

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	43.999.241,11	34.500.978,54	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	69.013.171,50	62.734.199,98
VINCULADO	43.999.241,11	34.500.978,54	ORDINÁRIO	19.060,82	28.074.927,02
ALIENAÇÃO DE BENS	90,02	20.656,62	VINCULADO	68.994.110,68	34.659.272,96
OUTROS RECURSOS ESTADUAIS DESTINADO A SAÚDE	317.488,60	2.485,28	ALIENAÇÃO DE BENS	406,73	20.339,91
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	42.531.639,42	33.412.214,07	OUTROS RECURSOS ESTADUAIS DESTINADO A SAÚDE	57.890,00	23.716,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - SAÚDE	1.150.023,07	1.065.622,57	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	26.021.969,77	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	42.321.647,20	33.600.378,12
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	25.821.707,27	28.645.868,62	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - SAÚDE	592.196,98	1.014.838,47
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	25.821.707,27	28.645.868,62	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	13.309.230,20	11.476.809,68
REPASSE RECEBIDO	25.821.707,27	28.645.868,62	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	2.468.232,68	1.252.240,59
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	15.395.810,52	13.217.681,77	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	635.138,49	0,00
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	4.554.813,00	2.993.112,68	RP PROCESSADOS PAGOS	1.833.094,19	1.252.240,59
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	2.584.988,58	1.159.439,48	CONSIGNAÇÕES	10.794.080,04	10.224.569,09
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.969.824,42	1.833.673,20	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	4.614,18	5.400,00
CONSIGNAÇÕES	10.794.080,04	10.224.569,09	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	32.752,66	24.928,23
DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	4.614,18	5.400,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	3.733.623,56	3.442.686,59
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	32.752,66	24.928,23	INSS	399.805,83	351.337,02
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	3.733.623,56	3.442.686,59	ISS	488.074,48	357.676,29
INSS	399.805,83	351.337,02	OUTROS CONSIGNATARIOS	551.048,37	456.536,94
ISS	488.074,48	357.676,29	PENSAO ALIMENTICIA	139.231,30	89.487,35
OUTROS CONSIGNATARIOS	551.048,37	456.536,94	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.915.380,49	3.063.501,75
PENSAO ALIMENTICIA	139.231,30	89.487,35	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	142.613,21	135.631,43
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.915.380,49	3.063.501,75	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.386.935,96	2.297.383,49
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	142.613,21	135.631,43	CRÉDITOS À RECEBER	46.917,48	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.386.935,96	2.297.383,49	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	17.862,14	0,00
CRÉDITOS À RECEBER	46.917,48	0,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	29.055,34	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	17.862,14	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	17.457.930,60	14.563.573,40
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	29.055,34	0,00	CAIXA	0,00	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	14.563.573,40	12.410.054,13	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	17.457.930,60	14.563.573,40
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	14.563.573,40	12.410.054,13	TOTAL	99.780.332,30	88.774.583,06
TOTAL	99.780.332,30	88.774.583,06			

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte

Nota nº 01 – APLICAÇÃO EM SAÚDE

A base de cálculo para as transferências financeiras para o Fundo Municipal de Saúde, em cumprimento ao Art. 212 da CF, e de acordo com a IN 022/TCE-RO/04, esta detalhada no quadro abaixo:

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (ART.212 DA CF)	VALOR
1 – Receita Própria do Município	37.732.084,16
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	3.929.831,91
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	7.864.236,96
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	20.356.641,16
Imposto s/Transmissão inter vivos – ITBI	2.560.011,60
Receita de Dívida Ativa Proventos de Impostos principal, correção monetária, multas e juros)	3.021.362,53
2 – Transferências Estaduais	55.711.131,04
Cota Parte do ICMS	42.571.025,29
Cota Parte do IPVA	13.140.105,75
3 – Transferências Federais	33.258.630,81
Cota Parte do FPM	32.546.592,81
ICMS Desoneração – LC nº 87/96	61.328,04
Cota Parte do ITR	409.313,68
Cota Parte do IPI Exp.	241.396,28
4 – Totais Geral de Impostos (item 1 + 2 + 3)	126.701.846,01
5 - Valores Mínimos para cumprimento do artigo 77 da Constituição Federal (15%) (item 4 x 15%)	19.005.276,90

Fonte: SEMFAZ/CGC

NOTA EXPLICATIVA

O valor mínimo a ser repassado para saúde seria R\$19.005.276,90 (dezenove milhões, cinco mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa centavos). O Município repassou o valor de R\$ 25.821.707,27 atingindo o percentual de 20,54% de aplicação em saúde.

O detalhamento da aplicação dos valores em saúde estão evidenciados nesta prestação de contas, através dos anexos da IN nº 022/TCE-RO/04.

Referente as cotas parte FPM estabelecidas pelas Portarias nº 55/2007 e 84/2014 que institui o 1% do FPM de Julho e Dezembro. Estas receitas não compõem a base de cálculo para aplicação em Saúde.

Nota nº 02 – MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS À PAGAR

Os restos a pagar compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de 2017, a movimentação desta conta registrada no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário (Anexo I e II) está melhor evidenciado no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante e TC 10 A e TC 10 B – Rol dos Restos a Pagar.

Saldo do Exercício Anterior	2.993.112,68
(+) Inscrição	4.554.813,00
(-) Pagamento	2.468.232,68
(-) Cancelamento	579,01
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	5.079.113,99

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 03 – VARIÇÃO DO SALDO FINANCEIRO

A posição das contas de receitas e despesas financeiras, bem como os saldos discriminados no Balanço Financeiro pode ser assim discriminados:

DISPONÍVEL EXERCÍCIO ANTERIOR	14.563.573,40
(+) INGRESSOS	85.216.758,90
Orçamentários	43.999.241,11
Extra-Orçamentários	15.395.810,52
Transferências Recebidas	25.821.707,27
(-) DISPÊNDIOS	82.322.401,70
Orçamentários	69.013.171,50
Extra-Orçamentários	13.309.230,20
Transferências Concedidas	
Perdas e Aplicações Financeiras	
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017	17.457.930,60

Fonte: SEMFAZ/CGC

A variação do período apurada entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior no montante positivo de R\$ 2.894.357,20, indicando que os pagamentos do exercício foram inferiores aos recebimentos, demonstrando assim que houve equilíbrio financeiro e a geração de superávit. A variação do período está de acordo com a geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa do Anexo 18 - Demonstrativos dos Fluxos de Caixa.

Nota nº 04 – Política de Contabilização das Retenções

Nas retenções feitas em Folha de Pagamento de Servidor, bem como os valores retidos de prestadores de serviços, é adotado o Regime de Competência, ou seja por ocasião da liquidação gera uma obrigação financeira no Passivo Circulante. A despesa orçamentária é considerada pelo seu valor bruto, quando da liquidação. Concomitantemente gera-se um empenho extra orçamentário, que ao ser pago, baixa do Passivo Circulante a obrigação financeira. Todos os valores retidos no exercício foram pagos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 6

ISOLADO:10 - Fundo Municipal de Saúde

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	20.640.406,70	20.025.643,66	PASSIVO CIRCULANTE	2.575.184,81	2.707.843,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.457.930,60	14.563.573,40	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	573.677,17	874.170,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	17.457.930,60	14.563.573,40	PESSOAL A PAGAR	573.677,17	874.170,23
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F 17.457.930,60	14.563.573,40	PESSOAL A PAGAR	P 573.677,17	874.170,23
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.806.918,79	4.849.715,38	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.967.355,16	1.603.441,82
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	2.806.918,79	4.849.715,38	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	1.967.355,16	1.603.441,82
CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	P 2.806.918,79	4.849.715,38	FORNECEDORES NACIONAIS	F 1.967.355,16	1.603.441,82
DEMAIS CRÉDITOS A CURTO PRAZO	250,00	400,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	34.152,48	230.231,38
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	250,00	400,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	34.152,48	230.231,38
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P 250,00	400,00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F 33.902,48	204.088,38
ESTOQUES	375.307,31	611.954,88	DIARIAS A PAGAR	F 250,00	400,00
ALMOXARIFADO	375.307,31	611.954,88	CONSÓRCIOS A PAGAR	F 0,00	25.743,00
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	P 16.180,69	104,00	TOTAL PASSIVO	2.575.184,81	2.707.843,43
MATERIAL DE CONSUMO	P 167.944,45	141.073,85	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P 74.239,38	82.174,42	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
AUTOPEÇAS	P 7.875,34	8.801,50	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.838.557,74	39.670.074,88
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	P 68.189,08	371.952,53	RESULTADOS ACUMULADOS	44.838.557,74	39.670.074,88
MATERIAIS GRÁFICOS	P 599,46	618,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	44.838.557,74	39.670.074,88
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P 40.278,91	7.230,58	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 5.168.482,86	8.787.518,34
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 39.670.074,88	31.160.659,30
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 0,00	-278.102,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.773.335,85	22.352.274,65	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.838.557,74	39.670.074,88
IMOBILIZADO	26.773.335,85	22.352.274,65	TOTAL	47.413.742,55	42.377.918,31
BENS MOVEIS	12.861.387,52	11.581.399,98			
BENS DE INFORMÁTICA	P 962.738,72	908.324,73			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 2.632.796,54	2.190.070,73			
VEÍCULOS	P 2.998.839,55	2.560.948,55			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 87.833,09	98.588,09			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 5.744.560,99	5.317.053,33			
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 434.618,63	506.414,55			
BENS IMÓVEIS	15.004.348,46	11.422.409,18			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 7.404.307,17	6.273.509,94			
BENS DE USO ESPECIAL	P 7.600.041,29	5.148.899,24			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-1.092.400,13	-651.534,51			
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P -1.092.400,13	-651.534,51			
TOTAL	47.413.742,55	42.377.918,31			

ATIVO FINANCEIRO	17.457.930,60	14.563.573,40	PASSIVO FINANCEIRO (2.001.507,64)+ Restos não Processado(3.077.606,35)	5.079.113,99	2.993.112,68
ATIVO PERMANENTE	29.955.811,95	27.814.344,91	PASSIVO PERMANENTE	573.677,17	874.170,23
			SALDO PATRIMONIAL	41.760.951,39	38.510.635,40

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 82xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES	2.806.918,79	4.849.715,38	COMPENSAÇÕES	3.021.631,39	1.159.439,48
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS COI	2.806.918,79	4.849.715,38	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3.021.631,39	1.159.439,48
TOTAL	2.806.918,79	4.849.715,38	TOTAL	3.021.631,39	1.159.439,48

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. C demonstrativo foi elaborado desconsiderando as contas intra orçamentárias.

Nota nº 1- ATIVO CIRCULANTE - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse grupo é composto pelos saldos de Caixa (numerário e outros valores em tesouraria), Conta Única do RPPS, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (distribuídas em contas de poupança e aplicações em títulos do mercado aberto de contas não únicas), Aplicações em Segmento de Renda Fixa e Recursos não Vinculados

Nota nº 02 – ATIVO CIRCULANTE – CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente

A) Créditos de Transferências a Receber

Compreende os valores relativos a créditos a receber decorrentes de transferências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Consórcios Públicos e outras Instituições.

Ø Créditos de Transferências a Receber

R\$ 2.806.918,79

Nota nº 3 - ATIVO CIRCULANTE - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, diárias e outros, além da entrega de numerário a terceiros sem vinculação específica ao fornecimento de bens ou serviços, como o caso dos Suprimentos de Fundos.

Cabe ressaltar, que antes de 2012, quando um adiantamento era concedido, ocorria o registro de uma despesa no momento da liquidação. No novo modelo de contabilização, quando da liquidação, é incorporado um ativo de adiantamento que é baixado após a prestação de contas.

O valor de R\$ 250,00 refere-se a diárias liquidadas e não pagas no exercício.

Nota nº 04 – ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUE

O inventário do estoque foi elaborado de acordo com preceitos que rege a Lei Federal nº 4.320/64 e Instrução Normativa nº 13/2001 do TCE-RO.

Os estoques de almoxarifado foram avaliados e estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição.

O levantamento físico foi realizado no dia 20/11/2017, por Comissão Especial nomeada pelo Decreto Municipal nº 8493/GAB/PMJP/2017, e todos os itens relacionados encontram-se em bom estado de conservação e devidamente armazenados.

As informações contidas no inventário de almoxarifado e registrado na Contabilidade foram extraídas do Sistema de Administração de Almoxarifados – Pública Sistemas/Fiorilli Software. Segue abaixo movimentação da conta estoques no exercício de 2017:

Saldo da Conta Estoque Balanço Patrimonial	Valor
1- Saldo Inicial da Conta Estoque	611.954,88
2- (+) 3.3.9.0.9.1 - Material de Consumo (sentenças judiciais)	34.755,34
3- (+) 3.3.9.0.3.0- Material de Consumo (Anexo 11)	6.086.168,50

4-(+) 3.3.9.0.9.2- Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
5- (-) Consumo no período (Uso de Material de Consumo na (VPD)	6.301.596,45
6-(-)Valor inscrito em restos a pagar não processado- Material de Consumo	55.974,96
7-Saldo Final apurado da Conta Estoque (1+2+3+4-5)	375.307,31
8- Saldo Final da Conta Estoque no Balanço Patrimonial (Anexo 14 e Isolado)	375.307,31

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 05 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a eles os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada. No quadro abaixo é demonstrada a movimentação desta conta no exercício 2017.

CONTA IMOBILIZADO	VALOR
Saldo inicial da conta Imobilizado	23.003.809,16
(+) 4.4.9.0.5.1 – Valor liquidado de Obras e Instalações	2.915.117,57
(+) 4.4.9.0.5.2 – Valor liquidado de Equipamentos e Material Permanente	1.662.004,45
(+) Inscrição Independente da Execução Orçamentária (TC 23)	698.294,04
(-) Baixa Decorrente de Execução Orçamentária (TC 23)	411.339,24
(-) Efetivação da Depreciação de bens baixados (Reclassificação) TC 23	2.150,00
(=) Saldo Final da Conta Imobilizado	27.865.735,98

Fonte: SEMFAZ/CGC

Ø R\$ 2.150,00 refere-se a um bem com tombamento de nº 103678 no valor de R\$ 10.000,00, estava como não localizado no Fundo de Saúde, foi feita uma reclassificação de origem para o destino dentro da mesma unidade gestora no valor de R\$ 7.850,00, a diferença no valor R\$ 2.150,00 por efetivação de depreciação ocorreu porque esse bem estava como não localizado no Fundo de Saúde, ao ser localizado dentro da mesma unidade gestora foi feita a reclassificação.

5.1 - BENS MÓVEIS

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios futuros ou potenciais de serviços. Os bens móveis do Fundo, adquiridos a partir de 01/01/2013 foram depreciados pelo método do Custo, e o critério de depreciação pelo método de cotas constantes.

5.2 – BENS IMÓVEIS

Compreende o valor dos bens que são vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, individualizados, e segregação dos bens por utilização.

A metodologia para depreciação, avaliação ou reavaliação dos bens imóveis foi regulamentada através do Decreto Municipal nº 4750/2015, mas que de acordo com documento apresentado pelo Diretor de Contabilidade do Patrimônio, até a presente data não foi implementada pelo Fundo por falta de equipe técnica capacitada em seu quadro funcional.

Nota nº 06 –PASSIVO CIRCULANTE – PERMANENTE

6.1 – Pessoal a Pagar - Nesta conta está registrado o valor de R\$ 573.677,17 que se refere à valores provisionados para pagamento de férias, com direito adquirido pelo servidor. Estas informações são fornecidas pela Gerência de Recursos Humanos, que teve como base de cálculo as fórmulas regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 4243/2015.

NEIVA MARIA COLDEBELLA
DIR. DE CONTAB. DA AREA DA SAÚDE
CRC -RO 002617/O

RENATO ANTONIO FUVERKI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
306.219.179-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL****DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

Exercício de 2017

Dezembro (31/12/2017)

1 de 1

ISOLADO:10 - Fundo Municipal de Saúde

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	0,00	395.187,98
01	VINCULADO	12.378.816,61	11.175.272,74
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	116.531,59	0,00
07	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	11.286.283,87	10.920.103,36
13	Transferências de Convênios - Saúde	973.630,48	244.366,55
21	Outros recursos estaduais destinado a Saúde	2.370,67	10.486,12
92	Alienação de Bens	0,00	316,71
TOTAL		12.378.816,61	11.570.460,72

NEIVA MARIA COLDEBELLA
DIR. DE CONTAB. DA AREA DA SAÚDE
CRC -RO 002617/O

RENATO ANTONIO FUVERKI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
306.219.179-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 4

ISOLADO:10 - Fundo Municipal de Saúde

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	737.383,40	1.013.644,43	PESSOAL E ENCARGOS	43.909.805,69	41.653.045,30
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	737.383,40	1.013.644,43	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	38.914.787,82	36.209.389,45
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	67.031.372,78	67.060.524,11	ENCARGOS PATRONAIS	3.262.777,48	3.054.331,16
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	25.821.707,27	28.645.868,62	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.663.753,95	1.848.354,64
TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	41.209.665,51	38.414.655,49	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA	68.486,44	540.970,05
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	579,01	2.300,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.253,36	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	2.300,00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.253,36	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	579,01	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	17.530.700,80	15.720.822,69
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.395,61	320,20	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	6.301.596,45	5.447.361,16
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	220,20	SERVIÇOS	10.786.088,73	9.944.517,20
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.395,61	100,00	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	443.015,62	328.944,33
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	67.778.730,80	68.076.788,74	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	748.954,68	919.576,07
TOTAL	67.778.730,80	68.076.788,74	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	589.473,21	585.933,39
			TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	49.481,47	23.080,68
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	110.000,00	0,00
			TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	310.562,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PA:	379.866,91	967.657,91
			PERDAS INVOLUNTÁRIAS	379.866,91	967.657,91
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	36.666,50	28.168,43
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	36.666,50	28.168,43
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	62.610.247,94	59.289.270,40
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	5.168.482,86	8.787.518,34
			TOTAL	67.778.730,80	68.076.788,74

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	5.243.943,73	3.178.988,56
INVESTIMENTOS	5.243.943,73	3.178.988,56
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	20.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS(RECEITAS)	0,00	20.400,00

NOTA EXPLICATIVA

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativo contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Esta demonstração consolidada foi elaborada de duas formas, uma contendo as movimentações INTRA-OFFS e outra desconsiderando as INTRA-OFFS.

Nota nº 01 – RESULTADO PATRIMONIAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR
(+) Receita Orçamentária (Anexo 02)	43.999.241,11
(+) Transferência Financeira Recebida Intra -Governamental	25.821.707,27
(+) Convênios firmados com a União a Receber	2.806.918,79
(+) Anulação Restos a Pagar no exercício	579,01
(-) Créditos de Transferências a receber União	4.849.715,38
Total	67.778.730,80

Fonte: SEMFAZ/CGC

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR
Despesas Correntes(Anexo 02), (-)Material de Consumo, (-) Material Consumo Sentenças Judiciais.	56.188.124,56
Depreciação do Exercício – Anexo 15.	443.015,62
Uso de Material de Consumo (Anexo15).	6.301.596,45
Desvalorização e Perdas de Ativo (Anexo 15).	379.866,91
Suprimento de Fundo e Adiantamentos a Pessoal de 2016,, restituídos e pagos em 2017.	400,00
Inscrição em restos a pagar não processado- Material de Consumo.	55.974,96
(-) Despesas Correntes não Processadas exercício 2016.	457.987,50
(-) Provisão de férias do exercício (1/3) Saldo exercício anterior (-) saldo exercício atual.	300.493,06
(-)Diárias à Pagar de 2017	250,00
Total	62.610.247,94

Fonte: SEMFAZ/CGC

Confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Diminutivas a Entidade apresenta um superávit de R\$ 5.168.482,86 que está representado do Balanço Patrimonial.

Nota nº 02 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Na composição das Variações Patrimoniais Financeiras estão a seguinte movimentação:

- Ø R\$ 737.383,40 – referente ao ingresso de receitas patrimoniais oriunda do rendimento de aplicação financeira das contas bancárias da entidade.

Nota nº 03 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

- Ø R\$ 25.821.707,27 - são as transferências intragovernamentais recebido da Prefeitura.
- Ø R\$ 41.209.665,51 - Transferências Inter Governamentais que são as receitas de Transferências Constitucionais e Legais recebidas pelo Fundo, da União e do Estado.

Nota nº 04 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

R\$ 579,01 - Este valor refere-se a desincorporação de passivos, que são as anulações de restos a pagar processados.

Nota nº 05 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – PESSOAL E ENCARGOS

Nas variações de pessoal e encargos além das despesas liquidadas com remuneração de pessoal, registra-se também as provisões para pagamento de férias e décimo terceiro salário, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4243/GAB/PMJP/2015, obedecendo assim o princípio da competência, conforme determina o MCASP.

Nota nº 06 – Perdas Involuntárias com Imobilizado

- Ø O valor de R\$ 379.866,91 Bens baixado do patrimônio por se tratar de bens não localizados, após levantamento feito através da Tomada de Contas Especial, designada pelo Decreto Municipal nº 18131/GAB/PMJP/2012 e Processo Administrativo nº 214/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2017 Dezembro(31/12/2017)

3 de 6

NOTA EXPLICATIVA

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas demonstrativas contendo análises verticais, horizontais e percentuais. As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público -MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das conta de compensação.

Nota nº 01 - ATIVO CIRCULANTE - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

"Caixa e Equivalentes de Caixa" e "Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo", tais contas apresentam o valor total de movimentação dos recursos previdenciários para pagamento dos benefícios, mais o saldo da conta da taxa de administração do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná. Esse grupo é composto pelos saldos de Caixa, Conta Única do RPPS, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, distribuídas em Aplicações em Segmento de Renda Fixa e investimentos em variável seguindo limite estabelecido Resolução CMN 3922/4392 e aprovado na Política de Investimento para 2017, conforme demonstrado na tabela a seguir

Table with columns: DESCRIÇÃO, 2016, AV%, 2017, AV%. Rows include Caixa, Conta Única do RPPS, Invest.E Aplíc. Temporárias a C., Prazo, (Renda fixa e variável), and TOTAL.

Fonte: Balanço Anual do FPS

A conta de aplicações em segmento de Renda Fixa e Variável que em 2017 representou 99,97% da composição do "Caixa e Equivalentes de Caixa", é composta pelas contas de investimento do RPPS, que são aplicações em títulos públicos e multimercado, como: IRFM-1, IMA B, IRFM, Caixa FI Brasil Referenciado e outros. Estes fundos de investimento são de livre movimentação, pois podem ser usados para pagamento de despesas previdenciárias, bem como Aplicações mensais das receitas Previdenciárias.

Apesar das recomendações do TCE, por ocasião da análise da Prestação de Contas de 2016, onde tem o entendimento que os Investimentos do RPPS não têm características de Equivalentes de Caixa, a Contabilidade optou por manter a política de contabilização, em decorrência da manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional, através do Fale Conosco, onde diz que este assunto está em análise e que em breve as Demonstrações Contábeis sofrerão alterações.

Nota nº 02 - ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada.

2.1 - BENS MÓVEIS

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessário para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios futuros ou potenciais de serviços. Os bens móveis do Fundo de Previdência Social do Município adquiridos a partir de 01/01/2013 foram depreciados pelo método do Custo, e o critério de depreciação pelo método de cotas constantes.

2.2 - BENS IMÓVEIS

Compreende o valor dos bens que são vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, individualizados, e segregação dos bens por utilização. A metodologia para depreciação, avaliação ou reavaliação dos bens imóveis foi regulamentada através do Decreto Municipal nº 4750/2015, mas que de acordo com documento apresentado pelo Diretor de Contabilidade do Patrimônio, até a presente data não foi implementada pelo Município por falta de equipe técnica capacitada em seu quadro funcional.

Nota nº 03 - ATIVO NÃO CIRCULANTE - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS

A metodologia para depreciação de bens foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1676/2013 e alterado pelo Decreto Municipal nº 4750/2015, Art. 73 a 82. Nesta Conta do Balanço Patrimonial consta a depreciação dos bens móveis, que teve como data de corte 01/01/2013. Os bens imóveis serão depreciados após atualização dos valores a preço de mercado, que está previsto para o exercício de 2018.

Para definição das taxas de depreciação considerar-se-á a deterioração física do bem, assim como o seu desgaste com uso e a sua obsolescência. O registro da Depreciação teve como método a linha reta, ou cotas constantes, em que se utiliza de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. A tabela contendo os percentuais de depreciação bem como a vida útil dos bens é o Anexo VIII do Decreto Municipal nº 4750/2015, disponível no portal de transparência deste Município. A movimentação desta conta no exercício está demonstrada abaixo:

Table with columns: DESCRICAO, VALOR. Rows include Saldo Acumulado em 31.12.2016, (+) Variação Patrimonial Diminutiva - Depreciação Acumulada, and Saldo Acumulado em 31.12.2017.

Fonte: Balanço Anual do FPS

De acordo com o MCASP, no capítulo que trata de Reavaliação, determina que quando um item do Imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado.

Nota nº 04 - PASSIVO CIRCULANTE - PERMANENTE

4.1. PESSOAL A PAGAR

Nesta conta está registrado o valor de R\$ 8.735,42 referente à valores da despesa com férias vencidas, reconhecidas por competência, com direito adquirido pelo servidor. Estas informações são fornecidas pela Gerência de Recursos Humanos, que teve como base de cálculo as fórmulas regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 4243/2015.

Nota nº 05 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE - PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA

Entende-se por Provisão Matemática Previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados pelo RPPS para fazer face a totalidade dos compromissos futuros do plano a as contribuições correspondentes, ou seja, a Provisão Matemática Previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente. Tais provisões são calculadas por profissional habilitado, registrado no IBF conforme lei 9.177/96

Para a composição e a política de classificação dos critérios de avaliação da Provisão Matemática Previdenciária (Passivo Atuarial), foram utilizados dados da Provisão Matemática Atuarial com data de 31/12/2017. O critério de avaliação da Provisão de Matemática está estabelecido em Nota Técnica Atuarial -NTA, podendo ser consultado no site do Ministério da Previdência Social -MPS.

Nota nº 06 - PATRIMONIO LIQUIDO

O total do Patrimônio líquido aponta um resultado acumulado em 2017 de R\$ (-20.519.433,10), isso porque são contabilizadas pelo Regime Próprio as Provisões Matemáticas Previdenciárias que é a diferença a maior entre os valores provisionados pelo RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano a as contribuições correspondentes, ou seja, ele representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Em que pese o resultado apurado, segundo as características inerentes à vertente previdenciária, significa dizer, que o RPPS tem um déficit técnico atuarial, mas não financeiro, conforme quadro abaixo.

A partir do calculo atuarial medidas são tomadas para amortização do "déficit técnico atuarial", visando o equilíbrio, em longo prazo, das contas previdenciárias. No caso optou-se pelo plan de amortização, com alíquotas progressivas.

Table with columns: DESCRICAO, COM PROVISÕES MATEMÁTICAS, SEM PROVISÕES MATEMÁTICAS. Rows include ATIVO TOTAL, PASSIVO TOTAL, and RESULTADO.

Fonte: Balanço Anual do FPS

Table with columns: DESCRICAO, VALOR. Rows include ROSE DE OLIVEIRA NASCIMENTO LUNA and EVANDRO CORDEIRO MUNIZ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2017

1 de 1

ISOLADO:20 - Fundo de Previdência Social - FPS

Table with columns: DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX), SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO, ATUAL, EXERC. ANTERIOR. Rows include 00 ORDINÁRIO, 01 VINCULADO, 03 Contribuþ Regime Próprio Previdência Social-RPPS (patronal, serv.compens.financeira), and TOTAL.

Table with columns: DESCRICAO, VALOR. Rows include ROSE DE OLIVEIRA NASCIMENTO LUNA and EVANDRO CORDEIRO MUNIZ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017

1 de 6

ISOLADO:20 - Fundo de Previdência Social - FPS

Table with columns: VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS, VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS, VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS. Rows include CONTRIBUIÇÕES, VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS, PESSOAL E ENCARGOS, ENCARGOS PATRIMONIAIS, etc.

Table with columns: VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA), ESPECIFICAÇÃO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Rows include INCORPORAÇÃO DE ATIVO and INVESTIMENTOS.

NOTA EXPLICATIVA

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativa e demonstrativas contendo análises verticais, horizontais e percentuais. As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público -MCASP e demais disposições normativas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 - RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial de 2017 foi superavaliário no valor de R\$ 15.899.517,01 evidenciado pela diferença positiva entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas e Diminutivas, conforme quadro abaixo:

Table with columns: DESCRICAO, 2016, AV%, 2017, AV%, AH%. Rows include VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS, Contribuições, VPA Financeiras, Transferências e delegações recebidas, Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, VARIAÇÕES PATRIMONIAS DIMINUTIVAS, Pessoal e Encargos, Benefícios previdenciários e Assistenciais, Uso de Bens, Serviços e Consumo, Desvalorização e Perdas de Ativo, and Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.

Fonte: Balanço Anual do FPS; Notas: AV - Análise Vertical; AH - Análise Horizontal (2016/2017)

Nota nº 02 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Na composição das Variações Patrimoniais Financeiras estão as Receitas Patrimoniais referentes aos rendimentos dos investimentos deste RPPS no valor deR\$ 12.642.165,64.

Nota nº 03 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Nesta conta encontra-se registradas o valor de R\$ 2.809.620,87 referente as transferências intragovernamentais, que são os repasses extra orçamentários recebidos pelas entidades do Poder Executivo, legislativo e Fundação Cultural e Autarquia Municipal de Transito -AMT como aportes de taxa administrativa e ainda os aportes para cobertura do déficit atuarial conforme legislação vigente

Nota nº 04 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

O valor de R\$ 1.731,33 registrado na conta de reversão de provisões e ajuste de perdas, refere-se a uma variação positiva ocorridas nos investimentos de renda variável revertendo assim parte da perda.

Nota nº 05 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS

Nestas variações de pessoal além das despesas liquidadas com remuneração de pessoal, registra-se as provisões para pagamento de férias e decimo terceiro salário, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4243/GAB/PMJ/2015, obedecendo assim o princípio da competência, conforme determina o MCASP.

Nota nº 06 - DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DO ATIVO E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

6.1 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO IMOBILIZADO

Comprende a variação patrimonial diminutiva com a redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo imobilizado, que reflete um declínio na sua utilidade além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação. O Município através do Decreto Municipal nº 4750/2015 estabeleceu as normas e procedimentos sobre reavaliação e redução ao valor recuperável de seus ativos, mas até o final do exercício de 2017 não foi possível implementar estas normas, por falta de mão de obra qualificada em seu quadro de servidores, nem foi possível a contratação de empresa especializada no assunto.

6.2 - AJUSTE DE PERDA DE CREDITOS E DE INVESTIMENTOS

O valor de R\$ 1.464.959,06 refere-se ao ajuste para perda dos Investimentos do RPPS compreende a variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas em investimentos e aplicações temporárias, tais perdas foram realizadas na carteira de investimento de renda variável, sendo que em renda fixa houve valorização.

Nota nº 07 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAS DIMINUTIVAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 4

ISOLADO:18 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	685.012,12	491.488,58	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.956.796,57	1.671.613,20
ORDINÁRIO	50.207,35	2.000,00	ORDINÁRIO	871.951,58	869.059,29
VINCULADO	634.804,77	489.488,58	VINCULADO	1.084.844,99	802.553,91
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	634.804,77	489.488,58	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	1.084.844,99	802.553,91
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	249.286,17	267.966,01
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	822.973,61	867.106,34	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	65.594,06	63.345,58
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	822.973,61	867.106,34	RP PROCESSADOS PAGOS	65.594,06	63.345,58
REPASSE RECEBIDO	822.973,61	867.106,34	CONSIGNAÇÕES	183.667,25	204.620,43
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	239.012,27	270.214,49	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	46.619,02	35.986,30
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	55.320,16	65.594,06	INSS	8.640,94	2.939,38
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	4.068,24	0,00	ISS	1.843,14	6.058,38
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	51.251,92	65.594,06	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	5.798,28	14.742,52
CONSIGNAÇÕES	183.667,25	204.620,43	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	36.835,43	48.785,54
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	46.619,02	35.986,30	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	3.155,49	4.007,36
INSS	8.640,94	2.939,38	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	80.774,95	92.100,95
ISS	1.843,14	6.058,38	CRÉDITOS À RECEBER	24,86	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	5.798,28	14.742,52	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	24,86	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	36.835,43	48.785,54	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	1.938.013,35	2.397.098,09
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	3.155,49	4.007,36	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	1.938.013,35	2.397.098,09
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	80.774,95	92.100,95	TOTAL	4.144.096,09	4.336.677,30
CRÉDITOS À RECEBER	24,86	0,00			
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	24,86	0,00			
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	2.397.098,09	2.707.867,89			
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	2.397.098,09	2.707.867,89			
TOTAL	4.144.096,09	4.336.677,30			

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentário, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

Nota nº 01 - Receita e Despesa Orçamentária

De acordo com o MCASP, as receitas devem ser discriminadas no Balanço Financeiro pelo valor bruto de recebimento, seguido das deduções legais e as despesas pelo valor empenhado. Na discriminação os valores devem ser separados em ordinários e vinculados. Os ordinários são os recursos recebidos do Município e que são de livre aplicação, enquanto no grupo dos vinculados são detalhadas todas as receitas e despesas que tem sua vinculação estipulada por determinação legal. O detalhamento das receitas e despesas vinculadas está de acordo com Tabela de Fonte de Recursos utilizada pelo TCE-RO.

Nota nº 02 - Transferências de Cota Financeira Recebida de Outra Entidade – Recurso livre, são os valores recebidos do município de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, haja vista que não existem valores mínimos ou máximos fixado em Lei.

Nota nº 03 - Movimentação de Restos a Pagar

Os valores de movimentação de restos a pagar registrados no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário (Anexo I e II) estão melhor evidenciados no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante e nos Anexos TC 10A e 10B – Rol de Restos a Pagar.

Quadro nº 01

Saldo do Exercício Anterior	R\$	65.594,06
(+) Inscrição	R\$	55.320,16
(-) Pagamento	R\$	65.594,06
(-) Cancelamento	R\$	0,00
(=) Saldo para o exercício seguinte	R\$	55.320,16

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 04 – A posição das contas de receitas e despesas financeiras, bem como os saldos existentes no Balanço Financeiro pode ser assim discriminada:

Quadro nº 02

DISPONÍVEL EXERCÍCIO ANTERIOR - EM 31/12/2016	R\$	2.397.098,09
(+) INGRESSOS	R\$	1.746.998,00
Orçamentários	R\$	685.012,12
Extra-Orçamentários	R\$	239.012,27
Transferências Recebidas	R\$	822.973,61
(-) DISPÊNDIOS	R\$	2.206.082,74
Orçamentários	R\$	1.956.796,57
Extra-Orçamentários	R\$	249.286,17
Transferências Concedidas	R\$	0,00
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017	R\$	1.938.013,35

Fonte: SEMFAZ/CGC

O saldo disponível do exercício em 31/12/2017, para o exercício seguinte, no valor de **R\$ 1.938.013,35 (um milhão novecentos e trinta e oito mil e treze reais e trinta e cinco centavos)**, concilia com os existentes no grupo "Circulante" do Balanço Patrimonial, nas contas Disponibilidades: Caixa e Equivalente de Caixas, como também coincidem com o Resultado Final Anexo 18 - Demonstração do Fluxo de Caixa o que demonstra sua exatidão.

Nota nº05 – Variação do Saldo Financeiro

Quadro nº 03

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
1. Receita Orçamentária + Transferências Recebidas	R\$ 1.507.985,73
2. Despesas Orçamentárias	R\$ 1.956.796,57
3. Ingressos Extra-Orçamentários	R\$ 239.012,27
4. Dispêndios Extra-Orçamentários	R\$ 249.286,17
5. Variação das Disponibilidades decorrente da execução orçamentária (1-2)	R\$ (448.810,84)
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução extra-orçamentária (3-4)	R\$ (10.273,90)
7. Variação do Período Apurado (5-6)	R\$ (459.084,74)
8. Saldo Financeiro do Exercício Anterior	R\$ 2.397.098,09
9. Saldo Para o Exercício Seguinte (7+8)	R\$ 1.938.013,35

Fonte: SEMFAZ/CGC

Podemos observar que a variação do período apurada entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior no montante negativo de **-R\$ 459.084,74 (quatrocentos e cinquenta e nove mil e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)**, indica que os pagamentos do exercício foram superiores aos recebimentos. Este fato é devido à suspensão dos Recursos destinados a **Proteção Social Básica e Proteção Social Especial através da Portaria MDS nº036 de 25 de abril de 2014**, que tem como objetivo que sejam utilizados os recursos acumulados em contas de exercícios anteriores. No entanto esta variação negativa foi custeada por saldo em conta de exercício anterior.

Nota nº06 – Política de Contabilização das Retenções – Nas retenções feitas em Folha de Pagamento de Servidor, bem como os valores retidos de Prestadores de Serviços, é adotado o Regime de Competência, ou seja, por ocasião da liquidação gera uma obrigação financeira no Passivo Circulante. A despesa orçamentária é considerada pelo seu valor bruto, quando da liquidação. Concomitantemente gera se um empenho Extra-Orçamentário, que ao ser pago baixa do Passivo Circulante a obrigação financeira.

JOSENITA DUTRA LANA
DIR. DE CONTABILIDADE FMAS/FMDCA
CRC: 008625/O

Mª SONIA GRANDE REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC.L DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:18 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Exercício de 2017

1 de 7

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.945.268,03	2.404.812,05	PASSIVO CIRCULANTE	70.967,26	114.090,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.938.013,35	2.397.098,09	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	19.715,34	48.496,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.938.013,35	2.397.098,09	PESSOAL A PAGAR	19.715,34	48.496,66
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	1.938.013,35	2.397.098,09	PESSOAL A PAGAR	19.715,34	48.496,66
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	400,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	50.851,92	65.594,06
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	400,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	50.851,92	65.594,06
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	400,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	50.851,92	65.594,06
ESTOQUES	6.854,68	7.713,96	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	400,00	0,00
ALMOXARIFADO	6.854,68	7.713,96	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	400,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	400,00	0,00	DIARIAS A PAGAR	400,00	0,00
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	4.675,00	0,00			
AUTOPEÇAS	2.019,68	7.713,96			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	429.960,53	238.487,05	TOTAL PASSIVO	70.967,26	114.090,72
IMOBILIZADO	429.960,53	238.487,05			
BENS MOVEIS	488.984,83	272.050,77			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	8.373,01	8.373,01			
BENS DE INFORMÁTICA	33.248,42	14.282,99			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	93.819,85	80.301,22			
VEÍCULOS	333.450,00	156.600,00			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	20.093,55	12.493,55			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-59.024,30	-33.563,72			
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	-59.024,30	-33.563,72			
TOTAL	2.375.228,56	2.643.299,10			

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.304.261,30	2.529.208,38
RESULTADOS ACUMULADOS	2.304.261,30	2.529.208,38
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	2.304.261,30	2.529.208,38
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-224.947,08	-276.221,46
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.529.208,38	2.805.429,84
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.304.261,30	2.529.208,38
TOTAL	2.375.228,56	2.643.299,10

ATIVO FINANCEIRO	1.938.013,35	2.397.098,09	PASSIVO FINANCEIRO (51.251,92)+ Restos não Processado(4.068,24)	55.320,16	65.594,06
ATIVO PERMANENTE	437.215,21	246.201,01	PASSIVO PERMANENTE	19.715,34	48.496,66
			SALDO PATRIMONIAL	2.300.193,06	2.529.208,38

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. Segue abaixo Notas explicativas elencando a composição das principais Contas deste Demonstrativo.

Nota nº 01 - ATIVO CIRCULANTE - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Nota nº 02 - ATIVO CIRCULANTE - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, diárias e outros, além da entrega de numerário a terceiros sem vinculação específica ao fornecimento de bens ou serviços, como o caso dos Suprimentos de Fundos. Em suma, adiantamentos concedidos consistem na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Cabe ressaltar, que antes de 2012, quando um adiantamento era concedido, ocorria o registro de uma Despesa no momento da liquidação. No novo modelo de contabilização, quando da liquidação, é incorporado um ativo de adiantamento que é baixado após a prestação de contas. O valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) refere-se a diárias concedidas e não prestado contas. Este valor encontra-se registrado no TC 10 A - Relação de Restos a Pagar Processados.

Nota nº 03 - ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O inventário do estoque foi elaborado de acordo com preceitos que rege a Lei Federal nº 4.320/64 e Instrução Normativa nº 13/2001 do TCE-RO.

Os estoques de almoxarifado foram avaliados e estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição.

O levantamento físico foi realizado pela Comissão nomeada pelo Decreto Municipal nº 8493/GAB/PMJP/2017, no dia 20/11/2017, e todos os itens relacionados encontra-se em bom estado de conservação e devidamente armazenados. As informações contidas no inventário de almoxarifado e registradas na Contabilidade foram extraídas do Sistema de Administração de Almoxarifados – Pública Sistemas/Fiorilli Software. Segue abaixo movimentação da conta estoques no exercício de 2017:

Quadro nº 01

SALDO DA CONTA ESTOQUE	
1. Saldo Inicial da Conta Estoque (Saldo Final do Balanço Patrimonial do exercício anterior)	R\$ 7.713,96
2. (+) Elemento de Despesa - Material de Consumo (Anexo 11)	R\$ 364.805,09
3. (+) Elemento de Despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita (Anexo 11)	R\$ 53.001,00
4. (-) Despesa não liquidada (resto a pagar não Processado) Material Consumo (Anexo 13)	R\$ 4.068,24
5. (-) Consumo no período (Uso de Material de Consumo na VPD) Anexo 15	R\$ 414.597,13
5. (=)Saldo Final apurado da Conta Estoque (1+2+3-4-5)	R\$ 6.854,68

Fonte: SEMFAZ/CGC

Quadro nº02

DESCRIÇÃO	VALOR
1. Saldo inicial da conta estoque (Saldo final balanço Patrimonial do exercício anterior)	R\$ 7.713,96
2. (+) Inscrição Resultante da Orçamentária (TC-23)	R\$ 360.736,85
3. (+) Inscrição Independente da execução orçamentária (TC-23)	R\$ 0,00
4. (+) Inscrição Outros estoques 3.3.90.32 Material Distribuição Gratuita (TC 23)	R\$ 53.001,00
5. (-) Consumo no Período (Uso de material de consumo da VPD)	R\$ 414.597,13
6. = Saldo final apurado da Conta Estoque (1+2+3+4-5)	R\$ 6.854,68

Nota nº 04 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a eles os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada.

Nota nº 05 - BENS MÓVEIS

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios futuros ou potenciais de serviços. Os bens móveis do Município, adquiridos a partir de 01/01/2013 foram depreciados pelo método do Custo, e o critério de depreciação pelo método de cotas constantes. O levantamento físico foi realizado pela Comissão nomeada pelo Decreto Municipal nº 8376/GAB/PMJP/2017, dia 30/10/2017.

Quadro nº03

CONTA IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS	VALOR
Saldo Inicial - Bens Móveis - Valor integral sem dedução depreciação	R\$ 272.050,77
(+) Variação Patrimonial Qualitativa – Anexo 15 -	R\$ 216.934,06
(=) Total Bens Móveis	R\$ 488.984,83
(-) Depreciação, Amortização e exaustão Acumulada	R\$ 59.024,30
(=) Saldo Atual Imobilizado	R\$ 429.960,53

Fonte: Sistema de Administração Patrimônio – Pública Sistemas/Fiorilli Software

A variação Patrimonial Qualitativa no montante de **R\$ 216.934,06** (duzentos e dezesseis mil, novecentos e trinta e quatro reais e seis centavos), refere-se ao valor empenhado no elemento de despesa **44.90.52.00 – Equipamentos e Material permanente**, o qual está registrado no **Anexo - 02 – Demonstrativo da Despesa**.

Nota nº 06 - BENS IMÓVEIS

Não foi empenhado qualquer despesa no elemento de Despesa **44.90.51.00** Obras e Instalações. Portanto o Fundo Municipal de Assistência Social não possui bens imóveis. Os prédios onde estão instalados os programas/serviços: do Abrigo Municipal, CRAS São Francisco, Cras Roda Moinho, CRAS Jardim dos Migrantes, Centro de Convivência do Idoso – CCI, Liberdade Assistida/LA e Bolsa Família são bens imóveis pertencente a Prefeitura do Município de Ji-Paraná.

Nota nº 07 - ATIVO NÃO CIRCULANTE – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS

A metodologia para depreciação de bens foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1676/2013 e alterado pelo Decreto Municipal nº 4750/2015, Art. 73 a 82. Nesta Conta do Balanço Patrimonial consta a depreciação dos bens móveis, que teve como data de corte 01/01/2013.

Para definição das taxas de depreciação considerar-se-á a deterioração física do bem, assim como o seu desgaste com uso e a sua obsolescência.

O registro da Depreciação teve como método a linha reta, ou cotas constantes, em que se utiliza de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo caso o seu valor residual não se altere. A tabela contendo os percentuais de depreciação bem como a vida útil dos bens é o Anexo VIII do Decreto Municipal nº 4750/2015, disponível no portal de transparência deste Município.

Nota nº 08 - Composição Passivo Circulante

Obrigações ou exigibilidades que deverão ser pagas no decorrer do exercício seguinte; Fornecedores a pagar, Pessoal a pagar e demais obrigações a curto prazo.

Nota nº 09 - PASSIVO PERMANENTE – PESSOAL A PAGAR

Nesta conta está registrado o valor de R\$ 19.715,34 (dezenove mil setecentos e quinze reais e trinta e quatro centavos) referente à valores provisionados para pagamento de 1/3 de férias, direito adquirido pelo servidor. Estas informações são fornecidas pela Gerência de Recursos Humanos, que teve como base de cálculo as fórmulas regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 4243/2015.

Nota nº 10 – PASSIVO FINANCEIRO – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar. Tais obrigações não contemplam os restos a pagar não processados, por representar uma obrigação somente orçamentária.

Nota nº 11 – Composição do Patrimônio Líquido:

Quadro nº 04

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 1.938.013,35
(-) Passivo Financeiro (Restos a Pagar Processados)	R\$ 51.251,92
(-) Passivo Permanente (provisão 1/3 férias – Pessoal a Pagar)	R\$ 19.715,34
(+) Adiantamentos concedidos a Pessoal	R\$ 400,00
(+) Estoques	R\$ 6.854,68
(+) Imobilizado	R\$ 429.960,53
TOTAL	R\$ 2.304.261,30

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 12 – Déficits do exercício: Patrimônio Líquido

Quadro nº 05

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017	
Caixa e Equivalente de Caixa final	R\$ 2.397.098,09	R\$ 1.938.013,35	(R\$ 459.084,74)
(-) Passivo Financeiro (RP Processado)	R\$ 65.594,06	R\$ 51.251,92	(R\$ 14.342,14)
(-) Passivo Permanente (pessoal a pagar)	R\$ 48.496,66	R\$ 19.715,34	(R\$ 28.781,32)
(+) Adiantamento concedido a Pessoal	R\$ 0,00	R\$ 400,00	R\$ 400,00
(+) Estoques	R\$ 7.713,96	R\$ 6.854,68	(R\$ 859,28)
(+) Bens Móveis	R\$ 272.050,77	R\$ 488.984,83	R\$ 216.934,06
(-) Depreciação Acumulada	R\$ 3.563,72	R\$ 59.024,30	R\$ 25.460,58
TOTAL	R\$ 2.529.208,38	R\$ 2.304.261,30	(R\$ 224.947,08)

311,194 Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 13 – O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial (ANEXO 14 C) é de R\$ 1.882.693,19 (um milhão oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e noventa e três reais e dezenove centavos), que está devidamente detalhado no Anexo 14C.

Quadro nº 06

ATIVO FINANCEIRO		R\$	1.938.013,35
Caixa e equivalente de caixa		R\$	1.938.013,35
Recurso Ordinário – Recurso Livre Aplicação	R\$	23.048,01	
Recurso Vinculado – Recurso Federal	R\$	1.914.965,34	
(-) Passivo Financeiro		R\$	55.320,16
Restos a pagar		R\$	55.320,16
Recurso Ordinário – Recurso Livre Aplicação	R\$	22.964,47	
Recurso Vinculado – Recurso Federal	R\$	32.355,69	
(=) Situação Financeira Líquida		R\$	1.882.693,19

Fonte: SEMFAZ/CGC

Quadro nº 07

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA	DESPESA	Superávit Financeiro Anexo 14-C
Repasso Recebido	R\$ 822.973,61		
Recursos Ordinários	R\$ 50.207,35	R\$ 871.951,58	
Transferência FNAS e remunerações	R\$ 634.804,77		
Disponível anexo 14C exercício anterior	R\$ 2.331.504,03	R\$ 1.084.844,99	
TOTAL	R\$ 3.839.489,76	R\$ 1.956.796,57	R\$ 1.882.693,19

Fonte: SEMFAZ/CGC - Anexo 13 Balanço Financeiro

- **Recursos Vinculados** são as receitas oriundas de Transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e rendimentos de Aplicações. Estes Recursos são destinados a programas e serviços específicos.

- **Recursos Ordinários** são as transferências recebidas do município, recursos do Tesouro de livre aplicação e Transferências e Outras Instituições Públicas por meio de classificação no edito nº006/DIR/2ªVARA/SJJIP, visando à aquisição de equipamentos imobiliários para o Abrigo Municipal da Criança e do Adolescente.

JOSENITA DUTRA LANA
DIR. DE CONTABILIDADE FMAS/FMDCA
CRC: 008625/O

Mª SONIA GRANDE REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC.L DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 de 2

ISOLADO:18 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
	ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00 ORDINÁRIO	83,54	54,16
01 VINCULADO	1.882.609,65	2.331.449,87
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.882.609,65	2.331.449,87
TOTAL	1.882.693,19	2.331.504,03

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

SUPERÁVIT FINANCEIRO

Corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Quadro nº 07

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA	DESPESA	Superávit Financeiro Anexo 14-C
Repasso Recebido	R\$ 822.973,61	R\$ 871.951,58	
Recursos Ordinários	R\$ 50.207,35		
Transferência FNAS e remunerações	R\$ 634.804,77	R\$ 1.084.844,99	
Disponível anexo 14C exercício anterior	R\$ 2.331.504,03		
TOTAL	R\$ 3.839.489,76	R\$ 1.956.796,57	R\$ 1.882.693,19

Fonte: SEMFAZ/CGC - Anexo 13 Balanço Financeiro

- **Recursos Vinculados** são as receitas oriundas de Transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e rendimentos de Aplicações. Estes Recursos são destinados a programas e serviços específicos.

- **Recursos Ordinários** são as transferências recebidas do município, recursos do Tesouro de livre aplicação e Transferências e Outras Instituições Públicas por meio de classificação no edito nº006/DIR/2ªVARA/SJJIP, visando à aquisição de equipamentos imobiliários para o Abrigo Municipal da Criança e do Adolescente.

JOSENITA DUTRA LANA
DIR. DE CONTABILIDADE FMAS/FMDCA
CRC: 008625/O

Mª SONIA GRANDE REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC.L DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 4

ISOLADO:18 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	133.579,67	240.975,06	PESSOAL E ENCARGOS	1.018.651,01	1.068.616,15
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	133.579,67	240.975,06	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	911.040,41	935.705,17
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.374.406,06	1.117.619,86	ENCARGOS PATRONAIS	100.530,60	104.799,65
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	822.973,61	867.106,34	BENEFÍCIOS A PESSOAL	7.080,00	28.111,33
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS	511.588,02	248.513,52	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	2.000,00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	39.844,43	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	679.626,74	566.200,23
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.344,94	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	414.597,13	185.150,02
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	5.344,94	0,00	SERVIÇOS	239.569,03	363.846,95
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	1.513.330,67	1.358.594,92	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	25.460,58	17.203,26
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	224.947,08	276.221,46	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	40.000,00	0,00
TOTAL	1.738.277,75	1.634.816,38	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	40.000,00	0,00
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	1.738.277,75	1.634.816,38
			TOTAL	1.738.277,75	1.634.816,38

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	216.934,06	60.343,42
INVESTIMENTOS	216.934,06	60.343,42

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Refere-se ao ingresso de receitas patrimoniais oriunda do rendimento de aplicação financeira das contas bancárias da entidade.

Nota nº 02 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Transferências Intragovernamentais são os repasses recebidos do Poder Executivo, - recursos do Tesouro de livre aplicação.

Transferências Inter Governamentais são as receitas de Transferências Constitucionais e Legais recebidas do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS na modalidade Fundo a Fundo.

Transferências das Instituições Multigovernamentais - transferências recebidas de Outras Instituições Públicas por meio de classificação no edital nº006/DIR/2ªVARA/SJJIP, visando à aquisição de equipamentos imobiliários para o Abrigo Municipal da Criança e do Adolescente.

Nota nº 03 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Reversão de Provisões - O valor de R\$ 5.344,94 - Refere-se as férias lançadas por competência. O lançamento é feito mediante relatório apresentado pelo Departamento de Recursos Humanos, que no exercício de 2017, fez revisão na relação de servidores com férias a receber e ajustou o relatório demonstrando que o valor no Sistema de Folha de Pagamento estava menor que o registro contábil, por esse motivo foi feita a reversão para adequar a Contabilidade com o Relatório fornecido pelo CGRH em 31/12/2017.

Nota nº 04 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Nas variações de pessoal e encargos além das despesas liquidadas com remuneração de pessoal, registram-se também as provisões para pagamento de férias e décimo terceiro salário, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4243/GAB/PMJP/2015, obedecendo assim o princípio da competência, conforme determina o MCASP.

Nota nº 05 - RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do exercício de 2017 foi deficitário no valor de R\$ 224.947,08 (duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e oito centavos), evidenciado pela diferença negativa entre as variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, que também está registrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14.

NOTA EXPLICATIVA

Veja quadro abaixo:

Quadro nº01

DESCRIÇÃO	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (A)	1.513.330,67
(+) Receita Orçamentária (anexo 12)	685.012,12
(+) Transferência Financeira Recebida Intra-Governamental	822.973,61
(+) Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	5.344,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (B)	1.738.277,75
Despesas Correntes Liquidadas (anexo 12)	1.735.794,27
(-) Despesas com 1/3 de férias (anexo 2 C - elemento despesa 3.1.90.11.45)	23.436,38
(-) Adiantamentos concedido a pessoal (anexo 14)	400,00
(+) Saldo estoque anterior (anexo 14)	7.713,96
(-) Saldo estoque atual (anexo 14)	6.854,68
(+) Depreciação acumulada no exercício	25.460,58
RESULTADO: (A - B)	(224.947,08)

Fonte:SEMPAZ/CGC

A despesa com 1/3 de férias, não somou a variação diminutiva neste exercício por se tratar de despesa de provisão de exercício anterior, ou seja, já gerou variação diminutiva exercício anterior.

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício.

Nota nº 01 – Quanto à execução da Receita em relação à Receita Prevista alcançou o percentual de 114,08% A receita prevista é proveniente de doações de Pessoas Físicas e Jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos do art. 260 da Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991.

Quadro nº 01

RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO (A)	ARRECADAÇÃO JAN a DEZ (B)	B/A %
Receita Corrente prevista	R\$ 70.388,66	R\$ 80.302,69	
Receita de Capital Prevista	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL	R\$ 70.388,66	R\$ 80.302,69	114,08

Fonte SEMFAZ/CGC

Nota nº 02 – Quanto à execução da despesa os créditos autorizados no exercício podem ser assim demonstrados:

Quadro nº 02

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR (R\$)
DOTAÇÃO INICIAL	R\$ 140.181,31
(+) Créditos Suplementares	R\$ 0,00
(+) Créditos Especiais	R\$ 0,00
(-) Anulações de Créditos	R\$ 0,00
(=) Autorização Final da Despesa	R\$ 140.181,31
(-) Despesa Empenhada	R\$ 0,00
(=) Saldo de Dotação	R\$ 140.181,31

Fonte SEMFAZ/CGC

Nota nº 03 - Não houve despesas no exercício 2017, embora o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tenha os recursos disponíveis em conta para as atividades, não houve celebração de convênios com as entidades no corrente exercício devido estarmos em fase de capacitação dos Conselheiros, implantação e regulamentação da nova Lei em vigor (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil- Lei 13.019/2014) para posterior elaboração do Edital de Chamamento. A regulamentação da Lei 13.019/2014 se deu através Decreto nº 7689 de 22 de maio de 2017. A partir de então a comissão começou a trabalhar na elaboração da minuta do Edital de Chamamento Público nº001/CMDCA/2017, e tinha como objetivo publicar ainda no corrente exercício, mas devido as dificuldades encontradas e as várias análises e correções, não houve tempo hábil para concluir o objetivo. O edital de chamamento público está na sua fase final, com previsão de publicação no início do exercício 2018.

Portanto o Balanço Orçamentário apresentou resultado superavitário no exercício no valor de **R\$ 80.302,69 (oitenta mil e trezentos e dois reais e sessenta e nove centavos)**.

JOSENITA DUTRA LANA
DIR. DE CONTABILIDADE FMAS/FMDCA
CRC: 008625/0

Mª SONIA GRANDE REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 2

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	80.302,69	95.299,66	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	0,00	89.931,40
VINCULADO	80.302,69	95.299,66	VINCULADO	0,00	89.931,40
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS	80.302,69	95.299,66	RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS	0,00	89.931,40
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	4.980,66
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	59,15	91,26	CONSIGNAÇÕES	0,00	4.980,66
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	59,15	91,26	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	4.080,65
REPASSE RECEBIDO	59,15	91,26	ISS	0,00	900,01
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	4.980,66	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	178.984,57	98.622,73
CONSIGNAÇÕES	0,00	4.980,66	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	178.984,57	98.622,73
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	4.080,65			
ISS	0,00	900,01	TOTAL	178.984,57	193.534,79
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	98.622,73	93.163,21			
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	98.622,73	93.163,21			
TOTAL	178.984,57	193.534,79			

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentário, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

Nota nº 01 – As Receitas estão discriminadas por destinação de Recursos, ou seja, ordinária e vinculada. Ordinárias são as Transferências Recebidas – Recurso de Livre aplicação enquanto as Vinculadas estão de acordo com sua vinculação legal.

Nota nº 02 – A posição das contas de receitas e despesas financeiras, bem como os saldos discriminados no Balanço Financeiro pode ser assim discriminada:

Quadro nº 01

SALDO FINANCEIRO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ 98.622,73
(+) INGRESSOS	R\$ 80.361,84
Orçamentários	R\$ 80.302,69
Transferência Financeira	R\$ 59,15
Extra-Orçamentários	R\$ 0,00
(-) DISPÊNDIOS	R\$ 0,00
Orçamentários	R\$ 0,00
Extra-Orçamentários	R\$ 0,00
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017	R\$ 178.984,57

Fonte SEMFAZ/CGC

Nota nº 03 - Não houve despesas no exercício 2017 conforme mencionado na Nota Explicativa nº03 Balanço Orçamentário, porém os recursos encontram-se em contas específica do Fundo com aplicação financeira, disponíveis para o exercício seguinte.

Nota nº 04 - O saldo de Bancos Conta Movimento, no valor de **R\$ 178.984,57 (cento e setenta e oito mil, novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)**, coincide com os existentes no grupo "Circulante" do Balanço Patrimonial, nas contas Disponibilidades: Caixa e Equivalente de Caixas, como também coincidem com o Resultado Final Anexo 18 - Demonstração do Fluxo de Caixa, o que demonstra sua exatidão.

JOSENITA DUTRA LANA
DIR. DE CONTABILIDADE FMAS/FMDCA
CRC: 008625/0

Mª SONIA GRANDE REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 3

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	178.984,57	98.622,73	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	178.984,57	98.622,73	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	178.984,57	98.622,73	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	178.984,57	98.622,73
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F 178.984,57	98.622,73	RESULTADOS ACUMULADOS	178.984,57	98.622,73
TOTAL	178.984,57	98.622,73	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	178.984,57	98.622,73
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 80.361,84	5.459,52
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 98.622,73	93.163,21
			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	178.984,57	98.622,73
			TOTAL	178.984,57	98.622,73

ATIVO FINANCEIRO	178.984,57	98.622,73	PASSIVO FINANCEIRO (0,00)+ Restos não Processado(0,00)	0,00	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	178.984,57	98.622,73

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

NOTA EXPLICATIVA**BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. Segue abaixo Notas explicativas elencando a composição das principais Contas deste Demonstrativo.

Nota nº 01 – O Patrimônio Líquido da entidade é composto somente pelo Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa). A entidade não possui estoque e Imobilizado.

Nota nº 02 – Houve superávit no valor de **R\$ 80.361,84** (oitenta mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

Quadro nº 01

ELEMENTOS	Final Exercício 2017	Saldo exercício Anterior	VARIAÇÕES
Ativo Financeiro	R\$ 178.984,57	R\$ 98.622,73	R\$ 80.361,84
Ativo Permanente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Passivo Financeiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Passivo Permanente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo Patrimonial	R\$ 178.984,57	R\$ 98.622,73	R\$ 80.361,84

Fonte SEMFAZ/CGC

JOSENITA DUTRA LANA
DIR. DE CONTABILIDADE FMAS/FMDCA
CRC: 008625/O

Mª SONIA GRANDE REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 de 2

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00 ORDINÁRIO		1.107,90	1.048,75
01 VINCULADO		177.876,67	97.573,98
17 Recursos Destinados a Fundos		177.876,67	97.573,98
TOTAL		178.984,57	98.622,73

NOTA EXPLICATIVA**BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

SUPERÁVIT FINANCEIRO

Corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Quadro nº 07

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA	DESPESA	Superávit Financeiro Anexo 14-C
Repasso Recebido	R\$ 59,15	R\$ 0,00	
Transferência de Instituições Privadas	R\$ 80.302,69	R\$ 0,00	
Disponível anexo 14C exercício anterior	R\$ 98.622,73		
TOTAL	R\$ 178.984,57	R\$ 0,00	R\$ 178.984,57

Fonte: SEMFAZ/CGC - Anexo 13 Balanço Financeiro

- **Recursos Vinculados** são as receitas oriundas de Transferências de Instituições Privadas referente doações de pessoas físicas, jurídicas e o do próprio poder público. Para as pessoas físicas e jurídicas, a lei permite deduzir do imposto de renda devido nos termos do art. 260 da Lei nº8. 069 de 13 de julho de 1990, alterada pela Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991. Estes Recursos são destinados a programas e serviços específicos para criança e adolescentes.

- **Recursos Ordinários** são as transferências recebidas do município, recursos do Tesouro de livre aplicação.

JOSENITA DUTRA LANA
DIR. DE CONTABILIDADE FMAS/FMDCA
CRC: 008625/O

Mª SONIA GRANDE REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 3

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	6.781,48	8.265,77	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	18.000,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.781,48	8.265,77	SERVIÇOS	0,00	18.000,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	73.580,36	87.125,15	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	71.931,40
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	59,15	91,26	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	71.931,40
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	73.521,21	87.033,89	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	0,00	89.931,40
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	80.361,84	95.390,92	RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	80.361,84	5.459,52
TOTAL	80.361,84	95.390,92	TOTAL	80.361,84	95.390,92

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
	0,00	0,00
	0,00	0,00

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - As Transferências Intragovernamentais se referem aos valores recebidos do município de acordo com as necessidades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, haja vista que não existem valores mínimos ou máximos fixado em Lei para repasse ao Fundo, e as **Transferências das Instituições Privadas** são aquelas provenientes de doações de Pessoas Físicas e Jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos do art. 260 da Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991.

Nota nº 02 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - Não houve despesas no exercício 2017 conforme registrado na nota explicativa nº03 Balanço Orçamentário, como também não houve nenhuma outra variação que viesse a diminuir o patrimônio, resultando assim, superávit no valor de **R\$ 80.361,84 (oitenta mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos)**.

JOSENITA DUTRA LANA
DIR. DE CONTABILIDADE FMAS/FMDCA
CRC: 008625/O

Mª SONIA GRANDE REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 4

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

QUADRO PRINCIPAL			
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		80.361,84	100.371,56
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1FC	6.781,48	8.265,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2FC	73.521,21	87.033,89
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		59,15	5.071,90
Ingressos Extra-orçamentários		0,00	4.980,64
Transferências Financeiras Recebidas		59,15	91,26
DESEMBOLSOS (Incluídos pago de RP)		0,00	94.912,04
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	3FC	0,00	89.931,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4FC	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2FC	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		0,00	4.980,64
Desembolsos Extra-Orçamentários		0,00	4.980,64
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		80.361,84	5.459,52
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00

AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		98.622,73	93.163,21
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		80.361,84	5.459,52
(-)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		178.984,57	98.622,73

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINADAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	6.781,48	8.265,77
Total das Receitas Derivadas e Originárias	6.781,48	8.265,77

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Intergovernamentais	73.521,21	87.033,89
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	73.521,21	87.033,89
Total das Transferências Recebidas	73.521,21	87.033,89

BENS MÓVEIS			RESULTADOS ACUMULADOS		
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	4.695,50	2.023,50	2.327.354,92	1.647.952,28
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-23.243,45	-11.932,70	2.327.354,92	1.647.952,28
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	P	-23.243,45	-11.932,70	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 679.402,64
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 1.647.952,28
TOTAL		2.335.281,58	1.677.262,96	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.327.354,92
				TOTAL	2.335.281,58
					1.677.262,96

ATIVO FINANCEIRO	8.941,41	77.045,59	PASSIVO FINANCEIRO (3.883,80)+ Restos não Processado(999,94)	4.883,74	29.310,68
ATIVO PERMANENTE	2.326.340,17	1.600.217,37	PASSIVO PERMANENTE	4.042,86	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	2.326.354,98	1.647.952,28

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentária econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regular o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Nota nº 01 - A Composição dos Bens Móveis ficou assim distribuída:

CASSIFICAÇÃO	SALDO INICIAL 2017	SALDO FINAL 2017
Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$ 24.244,00	R\$ 24.244,00
Mobiliário em Geral	R\$ 96.875,00	R\$ 96.875,00
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	R\$ 2.023,50	R\$ 4.695,50
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização.	R\$ 11.932,70	R\$ 23.243,45
TOTAL	R\$ 111.209,80	R\$ 102.571,05

Nota nº 02 - O Superávit Financeiro no Balanço Patrimonial é de R\$ 4.057,67 que está devidamente detalhado no Anexo 14C

ATIVO FINANCEIRO	R\$ 8.941,41
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 8.941,41
(-) Passivo Financeiro	R\$ 4.883,74
Restos a Pagar	R\$ 4.883,74
TOTAL	R\$ 4.057,67

Nota nº 03 - Total do Patrimonial Líquido

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$	
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 8.941,41	
(-) Restos a Pagar	R\$ 4.883,74	
(+) Créditos a Receber	R\$ 572.452,59	-
(+) Imobilizado	R\$ 102.571,05	
(+) Crédito a longo prazo (dívida ativa não tributária)	R\$ 1.651.316,53	
Total	R\$ 2.330.281,58	

Nota nº 04 Caixa e Equivalente de Caixa – R\$ 8.941,41 Valor em caixa no encerramento de exercício de 2017.

Nota nº 05 Restos a Pagar - R\$ 4.883,74 Devidamente inscritos em Restos a Pagar, divididos em: Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 3.883,80 e Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 999,94.

Nota nº 06 Créditos a Receber - O valor de R\$ 572.452,59 é um crédito que a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Ji-Paraná - AGERJI tem junto a CAERD (Companhia de Água e Esgoto do Estado de Rondônia), que se refere a taxa de regulação pela concessão dos serviços de abastecimento de água ao município de Ji-Paraná. Durante o exercício de 2017 a mesma não cumpriu o contrato, instaurando-se o processo administrativo 22-55/2017 e foi encaminhado a Gerência Geral do Município para inscrição dos créditos em Dívida Ativa.

Nota nº 07 Crédito à longo prazo (Dívida Ativa não Tributária) - o valor de R\$ 1.651.316,53 se refere ao valor corrigido inscrito em Dívida Ativa em Desfavor da CAERD no exercício de 2016 por meio da instauração do Processo Administrativo de Nº 1-9361/2016 pelo não cumprimento do que esta previsto na Lei Municipal nº2271 de 07/03/2012 e no Contrato de Programa da AGERJI itens 1.56 a 1.58 que prevê os repasses dos valores da TAXA DE REGULAÇÃO, correspondente a 3% (três por cento) do valor bruto faturado pela CAERD. Este crédito está devidamente ajuizado, pelo setor de Execução Fiscal da Procuradoria Geral do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 de 2

ISOLADO:22 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados - AGERJI

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
	ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00 ORDINÁRIO	4.057,67	47.734,91
TOTAL	4.057,67	47.734,91

NOTA EXPLICATIVA

Nota nº 01 - O Superávit Financeiro no Balanço Patrimonial é de R\$ 4.057,67 que está devidamente detalhado neste anexo

ATIVO FINANCEIRO	R\$	8.941,41
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$	8.941,41
(-) Passivo Financeiro	R\$	4.883,74
Restos a Pagar	R\$	4.883,74
TOTAL	R\$	4.057,67

ALINE DE SOUZA ALMEIDA
CONTADORA
916.117.502-10

CLEDERSON VIANA ALVES
DIRETOR PRESIDENTE
497.593.102-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 de 4

ISOLADO:22 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados - AGERJI

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	572.452,59	37.287,22	PESSOAL E ENCARGOS	344.128,85	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	572.452,59	37.287,22	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	284.677,83	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	165.237,25	1.498.258,39	ENCARGOS PATRONAIS	57.450,25	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	162.308,96	1.489.007,57	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCAR	2.000,77	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.928,29	9.250,82	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	94.784,27	110.578,62
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	373.731,65	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	24.614,98	47.164,01
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	373.731,65	0,00	SERVIÇOS	58.858,54	52.997,37
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.894,27	11,81	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11.310,75	10.417,24
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	5.938,90	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	3.142,36
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	955,37	11,81	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	3.142,36
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	1.118.315,76	1.535.557,42	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	438.913,12	113.720,98
TOTAL	1.118.315,76	1.535.557,42	RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	679.402,64	1.421.836,44
			TOTAL	1.118.315,76	1.535.557,42

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	2.672,00	21.923,50
INVESTIMENTOS	2.672,00	21.923,50

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Nota nº 01 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Quadro nº 01

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR
1 – Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	R\$ 572.452,59
2 - Juros e Encargos de Mora	R\$ 162.308,96
3 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	R\$ 2.928,29
4 – Transferências Intragovernamentais	R\$ 373.731,65
4 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 6.894,27
TOTAL	R\$ 1.118.315,76

Nota nº 02 Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços – O valor de R\$ 572.452,59 é um crédito que a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Ji-Paraná - AGERJI possui junto a CAERD (Companhia de Água e Esgoto do Estado de Rondônia), referente a taxa de regulação pela concessão dos serviços de abastecimento de água ao município de Ji-Paraná. Durante o exercício de 2017 a mesma não cumpriu o contrato, instaurando-se o processo administrativo 22-55/2017 e encaminhado à Gerencia Geral do Município para inscrição dos créditos em Dívida Ativa.

Nota nº 03 Juros e Encargos de Mora - O valor de R\$ 162.308,96 refere-se a juros, multa e correção monetária do valor inscrito em Dívida Ativa no exercício de 2016 em desfavor da Caerd, por não ter repassado a AGERJI os valores mensais da Taxa de Regulação, prevista na Lei Municipal nº2271 de 07/03/2012 e nos itens 1.56 a 1.58 do Contrato de Programa à AGERJI.

Nota nº 04 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - O Valor de R\$ 6.894,27 é soma de valores de restituição de pagamentos indevidos no valor de R\$ 955,37, e reversão da provisão de férias que foi feita a maior durante o ano de 2017 no montante de R\$ 5.938,90.

Resultando no total de 1.118.315,76 que representa as variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras

Nota nº 03 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas
Quadro nº 02

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR
1 – Remuneração a Pessoal	R\$ 284.677,83
2 – Encargos Patronais	R\$ 57.450,25
3 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 2.000,77
4 – Despesas com Material de Consumo	R\$ 24.614,98
5 – Serviços	R\$ 58.858,54
6 – Depreciação Acumulada do Exercício	R\$ 11.310,75
TOTAL	R\$ 438.913,12
RESULTADO PATRIMONIAL SUPERAVIT	R\$ 679.402,64
TOTAL	R\$ 1.118.315,76

Nota nº 04 Remuneração a Pessoal – O valor de R\$ 284.677,83 Refere-se a refere-se a remuneração dos servidores no exercício de 2017. Os servidores da AGERJI estão divididos nas seguintes funções;

Diretor Presidente: Clederon Viana Alves
Diretor Administrativo Financeiro: Cristiano Furtado da Cruz
Direção de Contabilidade: Aline de Souza Almeida
Diretor Técnico: Victor Hugo Martins Silva
Assessoria Administrativa: Lucinéia Moura Silva Castro
Assistente Técnico: Luziane Souza Gallo
Assessor Transporte: Delmar Marques Pereira

Nota nº 05 Encargos Patronais - O valor de R\$ 57.450,25 Encargos Patronais refere-se ao INSS patronal calculado sobre o valor da folha de Pagamento.

Nota nº 06 - O Valor de R\$ 438.913,12 representa o somatório das variações diminutivas com o uso de Material de Consumo, Serviços e Depreciação. Confrontando as variações Patrimoniais Aumentativas (quadro 01) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (quadro 02) a entidade apresenta um superávit de R\$ 679.402,64 conforme registrado no Balanço Patrimonial - Patrimônio Líquido – Anexo 14.

ALINE DE SOUZA ALMEIDA
CONTADORA
916.117.502-10

CLEDERSON VIANA ALVES
DIRETOR PRESIDENTE
497.593.102-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2017

1 de 5

ISOLADO:22 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados - AGERJI

QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		456.579,96	47.236,43
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1FC	3.883,66	46.549,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2FC	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		452.696,30	686,58
Ingressos Extra-orçamentários		78.964,65	686,58
Transferências Financeiras Recebidas		373.731,65	0,00
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)		520.332,14	79.709,64
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	3FC	441.367,49	79.023,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4FC	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2FC	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		78.964,65	686,58
Desembolsos Extra-Orçamentários		78.964,65	686,58
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		-63.752,18	-32.473,21

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		4.352,00	20.243,50
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.352,00	20.243,50
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-4.352,00	-20.243,50

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		77.045,59	129.762,30
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		-68.104,18	-52.716,71
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		8.941,41	77.045,59

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINADAS

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	37.287,22
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	955,37	11,81
Remuneração das Disponibilidades	2.928,29	9.250,82
Total das Receitas Derivadas e Originárias	3.883,66	46.549,85

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	0,00	0,00

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
SANEAMENTO	441.367,49	79.023,06
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	441.367,49	79.023,06

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Nota nº 01 – Ingresso do Fluxo de Caixa das Operações

Os Ingressos no Fluxo de Caixa relacionados às Atividades das Operações são formados pelas Receitas Originárias e Outros Ingressos Operacionais. Que são receitas de Aplicação Financeira, de restituição de pagamentos indevidos, de Repasses Financeiros recebidos da Secretaria de Fazenda do Município, necessárias para a manutenção desta Agência, que não recebeu os repasses mensais oriundos da CAERD (Companhia de Água e Esgoto do Estado de

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Janeiro(31/01/2018)

ISOLADO:19 - Fundação Cultural de Ji-Paraná

Exercício de 2017

1 of 4

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	10.868,75	0,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.865.551,58	602.059,25
ORDINÁRIO	10.868,75	0,00	ORDINÁRIO	1.865.551,58	602.059,25
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.509,00	1.604,04
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.967.573,63	647.500,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.509,00	1.604,04
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.967.573,63	647.500,00	OUTROS APORTES PARA O RPPS	1.509,00	1.604,04
REPASSE RECEBIDO	1.967.573,63	647.500,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	218.398,92	11.997,10
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	289.349,09	11.997,10	CONSIGNAÇÕES	216.881,67	11.997,10
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	70.950,17	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	26.186,11	8,84
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	70.950,17	0,00	INSS	32.635,03	0,00
CONSIGNAÇÕES	216.881,67	11.997,10	OUTROS CONSIGNATARIOS	35.560,12	2.500,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	26.186,11	8,84	PENSAO ALIMENTICIA	2.539,15	0,00
INSS	32.635,03	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	59.547,65	2.960,00
OUTROS CONSIGNATARIOS	35.560,12	2.500,00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	6.146,22	408,12
PENSAO ALIMENTICIA	2.539,15	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	54.267,39	6.120,14
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	59.547,65	2.960,00	CRÉDITOS À RECEBER	1.517,25	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	6.146,22	408,12	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA	1.517,25	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	54.267,39	6.120,14	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	243.719,29	61.387,32
CRÉDITOS À RECEBER	1.517,25	0,00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	243.719,29	61.387,32
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	1.517,25	0,00	TOTAL	2.329.178,79	677.047,71
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	61.387,32	17.550,61			
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	61.387,32	17.550,61			
TOTAL	2.329.178,79	677.047,71			

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com objetivo de alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público-MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos e natureza extra orçamentário, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

A Análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferem de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que se devem listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

Nota nº 01 – As Receitas e despesas orçamentárias estão discriminadas por destinação de recursos – ordinários recebidas por meio de repasse financeiro.

Nota nº 02 – Quando aos Restos a Pagar, a movimentação desta conta registrada no Balanço Orçamentário concilia com os valores registrados no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante e 10B – Rol de Restos a Pagar Não Processados.

Quadro nº 01

Saldo do Exercício Anterior	0,00
(+) Inscrição	70.950,17
(-) Pagamento	0,00
(Cancelamento)	0,00
(=) Saldo para o exercício seguinte	70.950,17

Fonte: FCJP/Diretoria de Contabilidade

Nota nº 03 – A posição das contas de receitas e despesas financeiras, bem como os saldos existentes no Balanço Financeiro pode ser assim discriminada:

Quadro nº 02

DISPONÍVEL EXERCÍCIO ANTERIOR EM 31/12/2016	61.387,32
(+) INGRESSOS	2.267.791,47
Receita de Aplicação Financeira	10.868,75
Repasse Recebido	1.967.573,63
Extra Orçamentária	289.349,09
(-) Dispêndios	2.085.459,50
Orçamentários	1.865.551,58
Extra-Orçamentários	218.398,92
Outros Aportes para RPPS	1.509,00
Transferência Concedida	0,00
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017	243.719,29

Fonte: FCJP/Diretoria de Contabilidade

O saldo disponível do exercício em 31/12/2017, para o exercício seguinte é no valor total de: R\$ 243.719,29 (duzentos e quarenta e três mil setecentos e dezenove reais e vinte e nove centavos). Concilia com os existentes no Balanço Patrimonial, contas de disponibilidades: Caixa e Equivalente de Caixa e também com o resultado final do Anexo 18 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa, o qual demonstra sua exatidão.

MARLEI BARROS DA SILVA
CONTADORA
CRC: RO 003378

KEILA BARBOSA DA SILVA
PRESIDENTE
600.640.212-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Janeiro(31/01/2018)

ISOLADO:19 - Fundação Cultural de Ji-Paraná

Exercício de 2017

1 of 7

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	243.719,29	61.387,32	PASSIVO CIRCULANTE	13.880,12	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	243.719,29	61.387,32	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	13.880,12	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	243.719,29	61.387,32	PESSOAL A PAGAR	13.880,12	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F 243.719,29	61.387,32	PESSOAL A PAGAR	P 13.880,12	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	279.271,47	314.392,18	TOTAL PASSIVO	13.880,12	0,00
IMOBILIZADO	279.271,47	314.392,18	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
BENS MOVEIS	310.234,66	332.506,68	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS DE INFORMÁTICA	P 5.839,30	2.459,30	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	509.110,64	375.779,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 253.431,38	318.431,38	RESULTADOS ACUMULADOS	509.110,64	375.779,50
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 43.087,98	11.616,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	509.110,64	375.779,50
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 7.876,00	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 133.331,14	-35.784,66
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-30.963,19	-18.114,50	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 375.779,50	411.564,16
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	P -30.963,19	-18.114,50	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	509.110,64	375.779,50
TOTAL	522.990,76	375.779,50	TOTAL	522.990,76	375.779,50

ATIVO FINANCEIRO	243.719,29	61.387,32	PASSIVO FINANCEIRO (0,00)+ Restos não Processado(70.950,17)	70.950,17	0,00
ATIVO PERMANENTE	279.271,47	314.392,18	PASSIVO PERMANENTE	13.880,12	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	438.160,47	375.779,50

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, com objetivo a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, proporcionar, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Contábil que evidencia qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representadas do patrimônio público, além das contas de compensação. Segue abaixo notas explicativas, elencando a composição das principais Contas deste Demonstrativo.

Nota nº 01 – ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUE

Compreende o valor dos bens Adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. A entidade não possui produtos em estoque, pois todos os materiais adquiridos no decorrer do exercício foram consumidos no referido exercício.

Quadro nº 01

SALDO DA CONTA ESTOQUE	
1. Saldo inicial da Conta Estoque (Saldo Final do Balanço Patrimonial do exercício anterior)	0,00
2. Elemento de Despesa – Material de Consumo (Anexo 11)	171.850,71
3. Elemento de Despesa – Material, bem ou Serviço par Distribuição gratuita (Anexo11)	0,00
4. Consumo no período (uso de material de Consumo na DVP) Anexo 15	171.850,71
5. Saldo Final apurado da Conta Estoque. (1+2+3-4)	0,00

Fonte: FCJP/Diretoria de Contabilidade

Nota nº 02 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens destinados á manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes que transfiram a ele os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O imobilizado é composto pelos bens Móveis e Imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada. No quadro abaixo é representado à movimentação da conta estoques no exercício de 2017.

Quadro nº 02

CONTA IMOBILIZADO	
Saldo inicial da conta imobilizado	314.392,18
(+) 44.90.51 – Valor liquidado de Obras e Instalações	0,00
(+) 44.90.52 – Valor liquidado de Equipamento e Material Permanente	42.727,98
(+) Inscrição Independente da Execução Orçamentária	0,00
(-) Baixa Decorrente de Execução Orçamentária	65.000,00
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	12.848,69
(-) Efetivação da depreciação de bens baixados (reclassificação) TC 23	0,00
(=) Saldo Final da Conta Imobilizado	279.271,47

Fonte: FCJP/Diretoria de Contabilidade

Nota nº 03 – Ativo não Circulante – Bem Imóveis

Não foi empenhada qualquer despesa no elemento de despesa 44.90.51.00 - Obras e Instalações. Portanto essa Fundação Cultural não possui Bens Imóveis. As unidades dessa Fundação pertence a Prefeitura do Município de Ji-Paraná.

Nota nº 04 – Ativo não Circulante – Bens Móveis

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para alocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios futuros ou potenciais de serviços. OS Bens Móveis do Município, adquiridos a partir de 01/01/2013, foram depreciados pelo método do Custo, e o critério de depreciação pelo método de cotas constantes.

Nota nº 05 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS

A metodologia para depreciação de bens foi regulamentada pelo Decreto nº 1676/2013 e alterado pelo Decreto Municipal nº 4750/2015, Art. 73 a 82. Nesta Conta do Balanço Patrimonial consta a depreciação dos bens móveis, que teve como data de corte 01/01/2013. O registro da depreciação teve como método a linha reta, ou cotas constantes, em que se utiliza de taxa de depreciação constante durante vida útil do ativo caso o seu valor residual não se altere. A tabela contendo os percentuais bem como a vida útil dos bens é o Anexo VIII do decreto Municipal nº 4750/2015, disponível no portal de transparência deste município.

Nota nº 06 – Foi efetuada a Transferência de um veículo para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assuntos Estratégicos do Município de Ji-Paraná. Conforme Guia de Transferência nº 01 de 23/08/2017, emitida pelo Setor de Patrimônio do Município.

Nota nº 07 – PASSIVO PERMANENTE – PESSOAL A PAGAR

Nesta conta está registrado valor de R\$ 13.880,12 (treze mil, oitocentos e oitenta reais e doze centavos), referente valores provisionados para pagamento 1/3 férias, direito adquirido pelo servidor. Estas informações são fornecidas pela Gerência de Recursos Humanos, que teve como base de cálculo de fórmulas regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 4243/2015.

Nota nº 08 – Composição do Patrimônio Líquido**Quadro nº 03**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Caixa e Equivalente de Caixa	243.719,29
(-) Passivo Financeiro (Restos a Pagar)	70.950,17
(-) Passivo Permanente (provisão 1/3 férias – Pessoal a Pagar)	13.880,12
(+) Estoques	0,00
(+) Imobilizado	279.271,47
TOTAL	438.160,47

Fonte: FCJP/Diretoria de Contabilidade

Nota nº 09 – O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial-Anexo 14 é de R\$ 172.769,12 (cento e setenta e dois mil, setecentos e dezenove reais e doze centavos) e também no Anexo 14C, conforme detalhamento abaixo.

Quadro nº 04

ATIVO FINANCEIRO	243.719,29
Caixa e Equivalente de Caixa	243.719,29
(-) Passivo Financeiro	70.950,17
Restos a Pagar	70.950,17
(=) Situação Financeira Líquida	172.769,12

Fonte: FCJP/Diretoria de Contabilidade

MARLEI BARROS DA SILVA
CONTADORA
CRC: RO 003378

KEILA BARBOSA DA SILVA
PRESIDENTE
600.640.212-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL****DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

Exercício de 2017

Janeiro(31/01/2018)

1 of 1

ISOLADO:19 - Fundação Cultural de Ji-Paraná

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
	ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00 ORDINÁRIO	172.769,12	61.387,32
TOTAL	172.769,12	61.387,32

MARLEI BARROS DA SILVA
CONTADORA
CRC: RO 003378

KEILA BARBOSA DA SILVA
PRESIDENTE
600.640.212-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Janeiro(31/01/2018)

Exercício de 2017

1 of 4

ISOLADO:19 - Fundação Cultural de Ji-Paraná

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	10.868,75	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	1.211.702,16	112.124,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.868,75	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.018.597,47	102.083,84
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.967.573,63	647.500,00	ENCARGOS PATRONAIS	149.402,57	10.041,12
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.967.573,63	647.500,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL	41.034,88	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	1.978.442,38	647.500,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA	2.667,24	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	0,00	35.784,66	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
TOTAL	1.978.442,38	683.284,66	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	564.593,81	499.217,21
			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	171.850,71	65.356,14
			SERVIÇOS	379.894,41	419.259,81
			DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	12.848,69	14.601,26
			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	68.815,27	3.952,38
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	68.815,27	3.952,38
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAI	0,00	65.020,11
			PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	65.020,11
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	2.970,00
			PREMIAÇÕES	0,00	2.970,00
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	1.845.111,24	683.284,66
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	133.331,14	0,00
			TOTAL	1.978.442,38	683.284,66

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	42.727,98	0,00
INVESTIMENTOS	42.727,98	0,00

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não, procurou empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrações e tabelas comparativas. As Demonstrações e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e demais disposições normativas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 – Composição das Variações Patrimoniais

Quadro nº 01

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR
(+) Receita Orçamentária (Anexo12)	10.868,75
(+) Transferência financeira recebida Intra Governamental	1.967.573,63
(+) Convênios firmados com a União a Receber	
(+) Anulação Restos a Pagar no exercício	
(+) Bens recebidos em doações	
(-) Baixa decorrente de execução orçamentária	
TOTAL	1.978.442,38

Fonte: FCJP/Diretoria de Contabilidade

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR
Despesas correntes liquidadas – Anexo 12	1.751.873,43
Depreciação do exercício	12.848,69
Transferências Concedidas de Bens Móveis	65.000,00
Transferências Concedidas – Taxa Administrativa	1.509,00
Pessoal a Pagar – Anexo 14 (1/3 de férias)	13.880,12
TOTAL	1.845.111,24

Fonte: FCJP/Diretoria de Contabilidade

Nota nº 02 – Confrontando as variações Patrimoniais Aumentativas (quadro 01), com as Variações Patrimoniais Diminutivas (quadro 2), a entidade apresenta um superávit no valor de R\$ 133.331,14 (cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e um reais e quatorze centavos), conforme registrado no Balanço Patrimonial –Patrimônio Líquido-Anexo 14.

Nota nº 03 – Foi efetuada a Transferência de um veículo para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assuntos Estratégicos do Município de Ji-Paraná, no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Conforme Guia de Transferência nº 01 de 23/08/2017, emitida pelo Setor de Patrimônio do Município.

Nota nº 04 – o Valor de 1.509,00 (um mil, quinhentos e nove reais), refere-se à Taxa Administrativa paga mensalmente ao Regime Municipal Próprio de Previdência Social - RPPS.

Nota nº 05 – Nas variações de pessoal e encargos além das despesas liquidadas com Remuneração de pessoal, registram-se também as provisões para pagamento de férias e décimo terceiro salário, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4243/GAB/PMJP/2015, obedecendo assim o princípio da competência, conforme determina o MCASP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2017

Janeiro(31/01/2018)

1 of 5

ISOLADO:19 - Fundação Cultural de Ji-Paraná

QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		2.195.980,02	657.994,28
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1FC	10.868,75	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2FC	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		2.185.111,27	657.994,28
Ingressos Extra-orçamentários		217.537,64	10.494,28
Transferências Financeiras Recebidas		1.967.573,63	647.500,00
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)		1.970.920,07	614.157,57
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	3FC	1.686.323,99	589.669,79
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4FC	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2FC	65.549,44	12.389,46
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		219.046,64	12.098,32
Desembolsos Extra-Orçamentários		217.537,64	10.494,28
Transferências Financeiras Concedidas		1.509,00	1.604,04
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		225.059,95	43.836,71

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		42.727,98	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		42.727,98	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-42.727,98	0,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		61.387,32	17.550,61
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		182.331,97	43.836,71
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL EM 31/01/2018		243.719,29	61.387,32

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINADAS

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	10.868,75	0,00
Total das Receitas Derivadas e Originárias	10.868,75	0,00

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	65.549,44	12.389,46
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	65.549,44	12.389,46
Total das Transferências Concedidas	65.549,44	12.389,46

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CULTURA	1.686.323,99	589.669,79
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	1.686.323,99	589.669,79

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES COBTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial orçamentária e econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Tem por finalidade apresentar informações sobre fluxos de caixa das transações e eventos que afetaram o caixa da Entidade ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações até mesmo os motivos de eventuais déficits.

Nota nº 01 – Ingresso do Fluxo de Caixa das Operações

Os ingressos no Fluxo de Caixa relacionados às atividades das Operações são formados pelas Receitas Originárias, Transferências da União e Transferência Intragovernamentais, Transferências de Instituições Privadas e Repasse Financeiros Recebidos do Executivo.

Nota nº 02 – Desembolsos do Fluxo de Caixa das Operações

Os Desembolsos representam os valores pagos da despesa orçamentária, bem como os restos a pagar processados e não processados.

Nota nº 03 - Nos ingressos e desembolsos das operações há o registro da conta Outros Ingressos Operacionais que não estão no modelo apresentado no MCASP, estas linhas referem-se aos INGRESSOS E DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS, tais como consignações (retenção feitas em folha de pagamento) bem como valores retidos na fonte de prestadores de serviço. A necessidade desta informação acessória é manter a integridade dos valores da receita orçamentária recebida, bem como os valores pagos demonstrados por função de governo e que podem ser conferidos com as demais peças que compõem as contas de governo por meio do SIGAP Contábil. Também com a finalidade ao final do demonstrativo, a informação pertencente ao valor do campo CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, confere com o saldo do mesmo grupo no Balanço Patrimonial.

Nota nº 04 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O Fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamento ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza. A Fundação Cultural, não apresentou ingresso de recursos provenientes de investimento, contudo, realizou desembolsos no total de R\$ 42.727,98 (quarenta e dois mil, setecentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos), gerando fluxo de caixa líquido do investimento negativo.

Nota nº 05 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamento. A Fundação Cultural não apresentou movimentação nessa conta.

Quadro nº 01

(+) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	182.331,97
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	(225.059,95)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(42.727,98)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	0,00
(-) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	243.719,29

Fonte: FCJP/Diretoria de Contabilidade

Quadro nº 02

SALDO FINANCEIRO EXERCÍCIO ANTERIOR	61.387,32	
(+) INGRESSOS	2.195.980,02	
Receita Originárias (anexo 12) – Remunerações depósitos	10.868,75	
Transferências Intergovernamentais (anexo 12)	0,00	
Outras Transferências (transferência instituição privada)	0,00	
Extra-Orçamentário - consignações	217.537,64	
Transferência Recebida – (Anexo 13)	1.967.573,63	
(-) DISPÊNDIOS		
Orçamentários – (Anexo -12) Despesas pagas	1.794.601,41	2.013.648,05
Extra – Orçamentária – Restos a pagar (Anexo 13) (pagos)	0,00	
Extra-Orçamentários - consignações	217.537,64	
Transferência Financeira Concedidas	1.509,00	
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017	243.719,29	

Fonte: FCJP/Diretoria de Contabilidade

Nota nº 06 – o Valor de 1.509,00 (um mil, quinhentos e nove reais), refere-se à Taxa Administrativa paga mensalmente ao Regime Municipal Próprio de Previdência Social - RPPS.

O saldo disponível do exercício em 31/12/2017, no valor de R\$ 243.719,29 (duzentos e quarenta e três mil, setecentos e dezoito reais e nove centavos), concilia com o saldo de Bancos Conta Movimento, para o exercício seguinte-ANEXO 13, como também coincidem com os saldos existentes no grupo Circulante do Balanço Patrimonial-ANEXO 14, nas contas: Caixa e Equivalente de Caixa, o que demonstra sua exatidão.

MARLEI BARROS DA SILVA
CONTADORA
CRC: RO 003378

KEILA BARBOSA DA SILVA
PRESIDENTE
600.640.212-20

DECISÕES DO PREFEITO**PROCESSO Nº 6-2412/2018**

INTERESSADO (A): Lourival Teixeira da Costa
ASSUNTO: Licença prêmio

À **Secretaria Municipal de Administração**
Sr. Nilton Leandro Motta dos Santos

Senhor Secretário,

O presente processo foi autuado pelo servidor **Lourival Teixeira da Costa**, requerendo licença prêmio por assiduidade, nos termos da Lei n. 1405/2005.

Com base nos documentos que instruem os autos, **DEFIRO** a licença requerida pelo servidor, para usufruí-la de acordo com o cronograma previsto.

Publique-se.

Cumpra-se.

Ji-Paraná, 23 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSOS 1-1407/2018

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração
ASSUNTO: Aquisição de material de consumo

À Comissão Permanente de Licitação

Senhor Presidente,

Vieram os autos para decisão quanto ao procedimento licitatório a ser adotado na aquisição de material de consumo (tonner), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

Informa-nos a CPL às fls. 25, que o objeto dos autos se enquadra na modalidade licitatória de Pregão, na forma Eletrônica.

Ante ao exposto, e com base nos documentos que instruem os autos **AUTORIZO** abertura do procedimento licitatório adotando-se a modalidade de *Pregão, na forma Eletrônica*, conforme indicado pela CPL.

Ji-Paraná, 23 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 9801/2011

INTERESSADO (A): Gilma Gorete Campos
ASSUNTO: Licença prêmio

À **Secretaria Municipal de Administração**
Sr. Nilton Leandro Motta dos Santos
Senhor Secretário,

O presente processo foi autuado pela servidora **Gilma Gorete Campos**, requerendo licença prêmio por assiduidade, nos termos da Lei n. 1405/2005.

Com base nos documentos que instruem os autos, **DEFIRO** a licença requerida pela servidora, para usufruí-la de acordo com o cronograma previsto.

Publique-se.

Cumpra-se.

Ji-Paraná, 23 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 1-3737/2014

INTERESSADO (A): Luiz Heleno de Jesus
ASSUNTO: Licença prêmio

À **Secretaria Municipal de Administração**
Sr. Nilton Leandro Motta dos Santos

Senhor Secretário,

O presente processo foi autuado pelo servidor **Luiz Heleno de Jesus**, requerendo licença prêmio por assiduidade, nos termos da Lei n. 1405/2005.

Com base nos documentos que instruem os autos, **DEFIRO** a licença requerida pelo servidor, para usufruí-la de acordo com o cronograma previsto.

Publique-se.

Cumpra-se.

Ji-Paraná, 23 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 1-1521/2018

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Diárias

À **Secretaria Municipal de Fazenda**
Sr. Luiz Fernandes Ribas Motta

Senhor Secretário,

A presente manifestação refere-se à prestação de contas de diárias concedidas em favor do Secretário Municipal de Saúde **Sr. Renato Antonio Fuverki**, de acordo com os termos constantes dos presentes autos.

Com base no Decreto Municipal n. 7350/GAB/PM/JP/2017, **APROVO** a presente prestação de contas com fundamento no Parecer Técnico n. 0355/CGM/2018.

Arquive-se.

Ji-Paraná, 23 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ANTÔNIO CISCONETTI
Chefe de Gabinete do Prefeito
Decreto n. 6930/GAB/PM/JP/2017

PROCESSO 1-2376/2018

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação
ASSUNTO: Aquisição de material de consumo

À Comissão Permanente de Licitação

Senhor Presidente,

Vieram os autos para decisão quanto ao procedimento licitatório a ser adotado na aquisição de material de consumo (película de controle solar com instalação), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Informa-nos a CPL às fls. 30, que o objeto dos autos se enquadra na Dispensa de Licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24 da Lei Federal n. 8.666/93.

Ante ao exposto, e com base nos documentos que instruem os autos **AUTORIZO** abertura do procedimento *Dispensando-se a Licitação*, conforme indicado pela CPL.

Ji-Paraná, 26 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO 1-14656/2017

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
ASSUNTO: Contratação de serviços de terceiros

À Comissão Permanente de Licitação

Senhor Presidente,

Vieram os autos para decisão quanto ao procedimento licitatório a ser adotado na contratação de empresa para apoio técnico administrativo, técnico operacional para elaborar estudo técnico do parque de iluminação pública e instalação ou adequação da contribuição de iluminação pública do município, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Informa-nos a CPL, que o objeto dos autos se enquadra na modalidade licitatória de Pregão, na forma Eletrônica.

Ante ao exposto, e com base nos documentos que instruem os autos **AUTORIZO** abertura do procedimento licitatório adotando-se a modalidade de *Pregão, na forma Eletrônica*, conforme indicado pela CPL.

Ji-Paraná, 26 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO 1-2225/2016

INTERESSADO: Secretaria de Educação
ASSUNTO: Construção

Vieram os autos para decisão quanto ao pedido de aditivo de valor ao Contrato n. 031/PGM/PMJP/2016, celebrado com a empresa FUHRMANN & CIA LTDA - EPP, cujo objeto consiste na construção do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Maria Esmeralda Ayres.

Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral do Município junta aos autos o Parecer Jurídico n. 0079/PGM/PMJP/2017, concluindo pela possibilidade jurídica do pedido.

Ante ao exposto e em razão do supramencionado e acolhendo favorável a manifestação da Procuradoria-Geral do Município pelos seus próprios e jurídicos fundamentos, **autorizo o aditivo de valor no montante de R\$ 143.249,47 (cento e quarenta e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos)** ao Contrato n. 031/PGM/PMJP/2016, mantendo-se as demais condições pactuadas inalteradas.

À **SEMFAZ** para as providências de praxe.

Ji-Paraná, 26 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 1-4893/2017 Vols. II

Interessada: Gabinete do Prefeito
Assunto: Convênio

À Controladoria-Geral do Município
Sr. Elias Caetano da Silva

Senhor Controlador,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 3095 de 23 de agosto de 2017, que autorizou o repasse em até 100% do valor da tarifa vigente do transporte coletivo urbano, **AUTORIZO O PAGAMENTO**, em favor do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano do Interior de Rondônia - SETI, no valor total de **R\$ 80.940,00** (oitenta mil, novecentos e quarenta reais), referente aos meses de **janeiro e fevereiro**, do corrente exercício, sendo que o mês de janeiro o valor é de R\$ 4.940,00 (quatro mil, novecentos e quarenta reais), custeando 100% do repasse, referente aos 20.000 (vinte mil) vales estudantis.

Ji-Paraná, 26 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO 1-508/2018

INTERESSADA: Coordenadoria de Serviços Gerais
ASSUNTO: Aquisição de bandeiras

TERMO DE HOMOLOGACÃO E ADJUDICAÇÃO

Acolho na íntegra, o Parecer Jurídico n. 0130/PGM/PMJP/2018, proferido pela Procuradoria Geral do Município, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos, a respeito da aquisição de material de consumo (bandeiras oficiais), visando atender as necessidades da Coordenadoria de Serviços Gerais, conforme descrito na solicitação de materiais às fls. 04/06.

HOMOLOGO o Termo de Dispensa n. 005/CPL/PMJP/RO/2018, nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei 8666/93.

ADJUDICO o objeto da licitação em favor da empresa **GRÁFICA EPA EIRELI - ME**, que apresentou a proposta mais vantajosa para Administração Pública da solicitação de materiais 00061/2018, no valor de **R\$ 3.312,00 (três mil, trezentos e doze reais)**.

À **SEMFAZ** para que sejam adotadas as providências de praxe.

Publique-se.

Ji-Paraná, 26 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO 1-17213/2017

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação
ASSUNTO: Registro de Preços

À **Comissão Permanente de Licitação** Senhor Presidente,

Vieram os autos para decisão quanto ao procedimento licitatório a ser adota dona formação de registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de limpeza e manutenção preventiva de poços semi artesianos das Unidades Escolares e da Secretaria Municipal de Educação, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Informa-nos a CPL, que o objeto dos autos se enquadra na modalidade licitatória de Pregão, na forma Presencial.

Ante ao exposto, e com base nos documentos que instruem os autos **AUTORIZO** abertura do procedimento licitatório adotando-se a modalidade de *Pregão, na forma Presencial, objetivando a formação de Registro de Preços*, conforme indicado pela CPL.

Ji-Paraná, 26 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO 1-16773/2017

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação
ASSUNTO: Registro de Preços

À Comissão Permanente de Licitação

Senhor Presidente,

Vieram os autos para decisão quanto ao procedimento licitatório a ser adotado na formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de consumo (gêneros alimentícios não perecíveis – PNAE), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Informa-nos a CPL, que o objeto dos autos se enquadra na modalidade licitatória de Pregão, na forma Eletrônica.

Ante ao exposto, e com base nos documentos que instruem os autos **AUTORIZO** abertura do procedimento licitatório adotando-se a modalidade de *Pregão, na forma Eletrônica objetivando a formação de Registro de Preços*, conforme indicado pela CPL.

Ji-Paraná, 26 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO 1-777/2018

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Aquisição de material de consumo
À Comissão Permanente de Licitação

Senhor Presidente,

Vieram os autos para decisão quanto ao procedimento licitatório a ser adotado na aquisição de material de consumo (aparelhos para fisioterapia, ortopedia e processamento de dados), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Informa-nos a CPL, que o objeto dos autos se enquadra na modalidade licitatória de Pregão, na forma Eletrônica.

Ante ao exposto, e com base nos documentos que instruem os autos **AUTORIZO** abertura do procedimento licitatório adotando-se a modalidade de *Pregão, na forma Eletrônica*, conforme indicado pela CPL.

Ji-Paraná, 26 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO 1-2054/2018

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Contratação de empresa para reforma e ampliação do banco de sangue no Hospital Municipal de Ji-Paraná.

À Comissão Permanente de Licitação
Senhor Presidente,

Vieram os autos para decisão quanto ao procedimento licitatório a ser adotado na contratação de empresa para reforma e ampliação do banco de sangue no Hospital Municipal de Ji-Paraná, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Informa-nos a CPL, que o objeto dos autos se enquadra na modalidade licitatória de Carta Convite.
Ante ao exposto, e com base nos documentos que instruem os autos

AUTORIZO abertura do procedimento licitatório adotando-se a modalidade de CARTA CONVITE, conforme indicado pela CPL.

Ji-Paraná, 26 de fevereiro de 2018.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 1-15966/2017

INTERESSADO: PGM
ASSUNTO: Suprimento de Fundos

À **Controladoria Geral do Município**
Sr. Elias Caetano
Senhor Controlador,

Aprovo previamente a prestação de contas acostadas aos autos pelo Procurador Geral do Município – Interino.
Encaminhe-se a CGM para devida análise técnica.

Ji-Paraná, 27 de fevereiro de 2018.

José Antônio Cisonetti
Chefe de Gabinete do Prefeito
Decreto n. 6930/GAB/PM/JP/2017

SANGUE É VIDA

PARA DOAR, É PRECISO:

Ter mais de 18 e menos de 60 anos;

Peso superior a 50 Kg;

Se homem, deve ter doado há mais de 60 dias;

Se mulher deve ter doado há mais de 90 dias, não estar grávida, não estar amamentando, já terem se passado pelo menos 3 meses de parto ou aborto;

Se você não teve malária ou esteve em região de malária nos últimos 6 meses;

Se você não tem tatuagens recentes (menos de 1 ano);

Se você não ingerir bebidas alcoólicas nas 24h que antecedem a doação;



DOE SANGUE VOCÊ TAMBÉM!

